

WELLINGTON ADILSON DOMINGOS JÚNIOR

**ANÁLISE DOS PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR DOS ARRANJOS
DOMICILIARES MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Márcia Barroso Fontes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D671a
2021

Domingos Júnior, Wellington Adilson, 1995-

Análise dos padrões de consumo alimentar dos arranjos
domiciliares monoparentais referenciados por mulheres [recurso
eletrônico] / Wellington Adilson Domingos Júnior. – Viçosa,
MG, 2021.

1 dissertação eletrônica (74 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Márcia Barroso Fontes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 65-74.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.036>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres chefes de família. 2. Famílias monoparentais -
Condições econômicas. 3. Alimentos - Consumo.

I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 306.856

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB6 2523

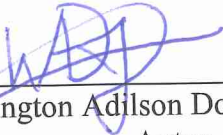
WELLINGTON ADILSON DOMINGOS JÚNIOR

**ANÁLISE DOS PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR DOS ARRANJOS
DOMICILIARES MONOPARENTAIS REFERENCIADOS POR MULHERES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 15 de junho de 2021.

Assentimento:


Wellington Adilson Domingos Júnior
Autor


Márcia Barroso Fontes
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me concedido saúde e o dom de existir, de viver, poder sentir a vida no presente momento. Acredito que a vida se resume numa contínua jornada, então agradeço aos meus pais, Angélica e Welington, primeiramente, por terem me gerado, e pelo constante incentivo, desde às tarefas extras, indicações de leitura até aos aconselhamentos mais robustos, que mesmo sofridos me direcionaram a uma sensação de amor e afeto mediante a valorização do sentido de família. Vocês, Pai e Mãe, são fontes de bons momentos e acalento no coração, agradeço a vocês por tudo. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de bom coração, me concederam a chance e o acolhimento de superar desânimos, proporcionar estruturas afetivas e de apoio para seguir e ter coragem para as inúmeras etapas do estudo.

Agradeço às minhas avós, Vó Nair (*in memorian*) e Vó Laura e aos meus avôs, Vovô José (*in memorian*) e Vô Chanoca, em que parafraseando o cantor Emicida, "o sonho dos meus pais eram os sonhos dos avós que eram o sonhos dos meus ancestrais", em realização de ação pelo estudo, nas mais variadas formas de incentivo, das intensas e constantes orações (além deles, de toda família e de inúmeras pessoas queridas).

Agradeço à minha irmã Maria Laura, que mesmo diante de conflitos e paradoxos (muitas vezes cômicos) me proporcionou aproximação, ternura, cuidado e carinho, uma pessoa incrível a qual admiro muito. Ainda sobre a família, agradeço a todos e todas, tios e tias, primos e primas (cada um/uma na sua esfera de afeto e amizade) que me trataram com muito carinho e alegria.

Agradeço ao pessoal de BH, Tia Amália (Timaia, minha tia avó) Francisco e Lu, pessoa iluminada, que sempre me demonstrou diferentes nuances do existir. Exclusivamente, agradeço minha querida e amada, amiga e irmã do coração em extensão à família, Érica, agradeço pelo carinho e amizade, por me aceitar e acreditar em mim, desde o incentivo a vida acadêmica até a um olhar diferenciado sobre variados aspectos.

Ressalto meus agradecimentos à Universidade Federal de Viçosa, Instituição de Ensino a qual frequento desde o início da graduação, pela oportunidade de realizar a pós-graduação e por inúmeros aprendizados e experiências. Agradeço com profundo carinho e respeito o Departamento de Economia Doméstica, a todos os professores, mestres e profissionais. À professora Márcia, minha orientadora querida, que me proporcionou a construção de um profissionalismo mesclado de conhecimento, consideração e afeto. À Aloisia que sempre com

paciência e disposição, buscou sanar dúvidas e passar tranquilidade quando no cumprimento dos trâmites acadêmicos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Dessa forma, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Em suma, agradeço a todos os demais profissionais, professores, amigos e pessoas que tornaram a trajetória um pouco mais leve, em que mesmo no ápice das exigências e protocolos acadêmicos, me fizeram entender que a construção do conhecimento é contínua e que pode ser inspiradora. Agradeço também às minhas colegas queridas e também amigas, Jessilene (inspiração e fé), Rafa (dinamismo e força), Naty (Alto astral e alegria), Theresa (carinho e sorrisos), Tati (força e disposição), Edimara (Entusiasmo e fé), Pedro (Incentivo e também fé) dentre as várias outras pessoas as quais estimo alto respeito e carinho.

Atingir esse ponto é um momento nosso, e cada indivíduo sabe a importância e afeto que tem comigo. Acredito que o conhecimento é para ser construído e compartilhado e enquanto acadêmico, acredito que essa é a nossa missão e busca. Desejo que o conhecimento científico seja constantemente direcionado à melhoria da sociedade e para todas as formas de família e amor que possam existir.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”
(Cora Coralina)

RESUMO

DOMINGOS JÚNIOR, Wellington Adilson, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **Análise dos padrões de consumo alimentar dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres.** Orientadora: Márcia Barroso Fontes.

Estudos referentes aos arranjos domiciliares monoparentais, referenciados por mulheres, atribuem, a esse específico agrupamento domiciliar, estarem em maior situação de vulnerabilidade social, devido às condições econômicas e a certas disparidades que se iniciam nas diferenças de gênero. Todavia, entende-se que a condição de vulnerabilidade pode ser encontrada inclusive na prática do consumo alimentar, destacando-se as condições precárias associadas à aquisição de alimentos. Portanto, o presente trabalho procura investigar o impacto das variáveis socioeconômicas sobre o nível de gastos com o consumo alimentar dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. Dessa forma, torna-se relevante o estudo sobre os principais fatores que tendem a ampliar possíveis situações de risco e de precariedade. Dentre os recursos metodológicos utilizados, destaca-se a pesquisa descritiva e quantitativa, onde foram tratados microdados referentes à POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018) realizada pelo IBGE -, além da construção de uma regressão linear multivariada. Para isso, faz-se importante enxergar o arranjo domiciliar monoparental não como um agrupamento homogêneo e sim como uma tipologia familiar repleta de particularidades, com fatores específicos que, por sua vez, podem denotar situações ampliadas de risco. Logo, considera-se necessário o estabelecimento de um diagnóstico nacional, com referência na realidade da monoparentalidade feminina no Brasil, para que possíveis políticas públicas sejam mais incisivas e eficazes, respeitando regionalidades e especificidades.

Palavras-chave: Mulheres. Monoparentalidade. Consumo. Domicílios.

ABSTRACT

DOMINGOS JÚNIOR, Wellington Adilson, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2021. **Analysis of food consumption patterns of single-parent household arrangements referenced by women.** Adviser: Márcia Barroso Fontes.

Studies relating to single-parent household arrangements, referenced by women, specifically attribute this household grouping to being in a greater situation of social vulnerability, due to favorable conditions and certain disparities that begin with gender differences. However, it is understood that a condition of vulnerability can be found even in the practice of food consumption, standing out as precarious conditions associated with food acquisition. Therefore, this study seeks to investigate the impact of socioeconomic variables on the level of expenditure on food consumption of single-parent household arrangements referenced by women. Thus, it is relevant to study the main factors that tend to expand possible hypotheses of risk and precariousness. Among the methodological resources used, descriptive and quantitative research stands out, where microdata related to the POF - Household Budget Survey (2017-2018) carried out by the IBGE - were treated, in addition to the construction of a multivariate linear regression. For this, it is important to see the single-parent household arrangement not as a homogeneous grouping, but as a family typology full of particularities, with specific factors that, in turn, can denote increased risk situations. Therefore, it is considered necessary to establish a national diagnosis, with reference to the reality of female single parenthood in Brazil, so that the possible public options are more incisive and effective, respecting regionalities and specificities.

Keywords: Women. Single Parenthood. Consumption. Households.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Contextualização do Problema	11
2. OBJETIVOS.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1. Os arranjos monoparentais.....	14
3.2. A vulnerabilidade dos arranjos monoparentais	16
3.2.1. O empoderamento feminino nos arranjos monoparentais	18
3.2.2. Aspectos da vulnerabilidade dos arranjos monoparentais femininos	21
3.3. A perspectiva de consumo e renda de arranjos vulneráveis	24
3.4. A alimentação como elemento essencial para os arranjos vulneráveis.....	27
3.5. Aspectos de Ciclo de Vida nos arranjos monoparentais femininos	29
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4.1. Caracterização da Pesquisa	30
4.2. Fonte de dados: Pesquisa de orçamentos Familiares – POF	31
4.3. População e amostra	32
4.4. Método da coleta de dados.....	33
4.5. Método de análise de dados	33
4.6. Limitações do Método.....	39
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
5.1. Caracterização do Perfil Socioeconômico dos domicílios monoparentais femininos	40
5.2. Impacto das variáveis socioeconômicas sobre o nível de gastos com o consumo alimentar nos arranjos domiciliares monoparentais	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
7. REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

A configuração familiar tem passado por diversas transformações sociais, econômicas e tecnológicas ao longo do tempo, modificando-se incessantemente, o que vem gerando implicações organizacionais na dinâmica dos diversos domicílios existentes. Dessa forma, a medida que se modificam os padrões tradicionais de organização familiar, dentre eles os arranjos tradicionais constituídos por casal com filhos, outros vão surgindo tornando-se amplamente presentes na sociedade, como os arranjos monoparentais femininos.

De acordo com Leone et al. (2012) e Costa e Marra (2013), considera-se a família monoparental feminina como uma configuração familiar e domiciliar que tem como principal característica a presença da mulher na condição de única pessoa de referência no domicílio e de seus respectivos filhos. Em outras palavras, para os autores, o arranjo monoparental feminino pode ser compreendido como uma família referenciada exclusivamente por uma mulher, a qual assume as funções de prover e cuidar.

Estudos de Favaro (2016), Cavenaghi e Alves (2018), Mckenzie e Mckay (2018) e Moilanen (2019) mostram que as famílias monoparentais são, muitas vezes, relacionadas à situação de pobreza, à dupla jornada e aos conflitos entre atividades domésticas e empregatícias, quando em referência à mulher. Para os autores, essas características justificam-se pela pouca capacitação, baixo nível educacional, limitação das oportunidades e pouco apoio institucional, que resultam na condição de vulnerabilidade social e econômica.

Para Oliveira (2018), os arranjos monoparentais femininos, ainda que fruto de transformações sociais e culturais, vêm, em grande parte, acompanhados por um processo de feminização da pobreza¹, que pode ser explicado pelo fato da mulher ser a única provedora de rendimento, fator que compromete significativamente o orçamento domiciliar, diante do fato de sua participação no mercado de trabalho ser menos, dos menores salários, da necessidade de maior flexibilização de horas trabalhadas, além da baixa possibilidade de capacitação.

Dessa forma, entende-se que as mães, na qualidade de únicas responsáveis pelos domicílios, vivem em maior condição de desigualdade, a qual se inicia propriamente nas diferenças de gênero, ou seja, simplesmente por ser mulher numa sociedade que ainda apresenta nuances tradicionalistas que tendem a estigmatizar e sobrecarregar o feminino e suas funções. Em suma, o gênero feminino, por si só, muitas vezes enfrenta situações de disparidade, que se maximiza ainda mais quando associado à monoparentalidade feminina.

¹ “A feminização da pobreza compreende-se como um processo histórico proveniente da construção estrutural de normas sociais que tem, ao longo do tempo, privilegiado a masculinidade, incidindo assim sobre o crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino.” (SOUZA, 2020, p. 58).

Ressalta-se ainda que, diante das obrigações domésticas e como provedoras do lar, essas mães, em vários momentos, encontram-se forçadas a se submeterem a trabalhos informais, de baixa remuneração e em regime de meio expediente. Essas situações podem gerar significativos impactos nos diferentes estratos socioeconômicos, uma vez que podem implicar no nível de renda, em função do trabalho exercido e, conseqüentemente, na disponibilidade de recursos para os gastos e orçamento relativos ao domicílio.

De acordo com Salles-Costa et al. (2008), o nível de renda tende a gerar significativos impactos na disponibilidade de bens e recursos para a obtenção de produtos básicos, tendo como destaque o consumo alimentar. Dessa forma, para os autores, quanto menor a renda domiciliar, maior é a proporção de domicílios que podem estar em situações de precariedade alimentar, diante da insuficiência do necessário para a alimentação. Salles-Costa et al. (2008) ainda inferem que essas precariedades podem se amplificar quando observados outros fatores socioeconômicos, como nível de escolaridade, faixa etária, raça/cor, dentre outros.

Em outras palavras, compreende-se que o nível de renda determina a quantidade de recursos monetários disponíveis para consumo. Desse modo, uma vez que os domicílios monoparentais femininos possuem maior tendência a estarem em situações de vulnerabilidade social, entende-se que eles podem apresentar baixa curva em relação ao consumo alimentar, o que é necessário para a manutenção energética dos indivíduos e garantia da sobrevivência destes.

Segundo Sharaunga et al. (2016), as decisões referentes ao nível de consumo alimentar estão atreladas aos diferentes níveis de renda, aos contextos socioeconômicos e à ótica do manejo de recursos, no que tange a quantidade suficiente para partilha entre todos os membros de um determinado domicílio. Sendo assim, pode-se inferir que existem diferentes níveis de consumo alimentar em arranjos domiciliares monoparentais femininos, paralelos à diferentes formas de vulnerabilidade social e econômica, sendo estes causados por diversos conjunto de variáveis a serem destacadas ao longo do estudo.

Portanto, pode-se afirmar a necessidade de se implementar políticas públicas mais incisivas e efetivas, com o intuito de elevar o bem estar de toda a população, além de aperfeiçoar os programas sociais e de assistência já existentes, diminuindo as precariedades do nível de consumo alimentar e a desigualdade, em que essas mães, enquanto únicas referências do domicílio, enfrentam.

1.1. Contextualização do Problema

De acordo com Sharaunga et al. (2016), o aumento intenso nas desigualdades sociais, a diminuição de salários reais da maioria da população, somada à sofisticação do consumo para a sua minoria, tendem a contribuir para o processo de reformulação das relações familiares e domiciliares, fomentando análises que levem em conta as especificidades de gênero, num cenário de queda dos capitais econômicos, sociais e culturais.

As novas configurações domiciliares exercem um impacto importante na composição dos gastos com saúde, alimentação, educação e cultura. Para Menezes (2006), os gastos com alimentos das famílias brasileiras são afetados pelas alterações da renda e em sua distribuição, pelos preços relativos dos bens e por outras transformações que ocorrem na sociedade, como a urbanização, estilo de vida, mudanças demográficas, e transformações nas composições dos domicílios (mediante grau escolar, sexo do “responsável pelo domicílio”, faixa etária, raça/cor, dentre outros).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), referentes aos anos de 2002 e 2003, 26,3% dos domicílios estavam sob a responsabilidade única das mulheres, e 73,7% dos homens. Já em 2015 observou-se que 40,5% dos domicílios eram de responsabilidade feminina.

Salienta-se que, a monoparentalidade feminina, ainda que apontada pela literatura por ser um arranjo domiciliar com maior tendência à condição de vulnerabilidade, traz consigo um compilado de características, situações e diferentes níveis socioeconômicos, o que denota atenção e cautela ao tratar-se desse específico arranjo. Em suma, diante do contexto da monoparentalidade feminina, considerando a mulher enquanto única pessoa de referência no domicílio, pode-se reafirmar que existem diferentes níveis de renda, dos mais baixos aos mais elevados, diferentes níveis de consumo, escolaridade, etnia, faixa etária, dentre outros.

A partir desses fatos é possível inferir que a monoparentalidade feminina se faz presente num contexto muito diversificado, havendo múltiplos aspectos de cunho socioeconômico. Assim, torna-se necessário observar, de forma mais detalhada, o perfil socioeconômico dos arranjos monoparentais referenciados por mulheres, no intuito de conhecer suas dimensionalidades, a fim de evitar rótulos e generalizações, fazendo com que essas mulheres não sejam estigmatizadas e categorizadas como um único grupo homogêneo entre si.

No que corresponde aos aspectos e sentidos do consumo alimentar, observa-se a alimentação como algo que está diretamente ligado às mães, quando no contexto da monoparentalidade feminina, uma vez que são as únicas provedoras e agem sozinhas,

dedicando-se aos desejos e realizações de seus filhos, de acordo com a disponibilidade de recursos, além de outras características sociais.

Desse modo, considerando essas questões que envolvem a monoparentalidade feminina, considera-se que esse trabalho busca, a partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Brasil (POF 2017/2018), responder os seguintes questionamentos: Quais fatores socioeconômicos podem estar associados ao nível de consumo alimentar dos domicílios brasileiros monoparentais referenciados por mulheres? Além disso, dado o compilado de características socioeconômicas, quais fatores exercem maior impacto sobre o nível de consumo alimentar dos domicílios com esta tal composição? Tratando-se da monoparentalidade feminina, atrelada ao contexto de vulnerabilidade social, pode haver grupos que se encontram em maior situação de precariedade, apresentando, assim, maior situação de risco?

Em síntese, diante do grau de despesas com provimentos, relacionado aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, pode-se inferir que existe domicílios com alto nível de gastos, assim como domicílios com níveis ínfimos desse mesmo segmento de consumo. Em vista disso, problematiza-se então os fatores socioeconômicos que se modificam e incidem sobre os custos com o consumo de alimentos.

Sobre a ótica do consumo alimentar, estudos contidos no Manual do Ipea (2007), sobre Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, destacam que domicílios monoparentais referenciadas por mulheres tendem a encontrar-se em maior situação de vulnerabilidade devido à dificuldade de equilíbrio entre a vida familiar e limitação financeira, esta última intensificada pelas longas jornadas de trabalho, habitualmente mal remuneradas.

O fenômeno da monoparentalidade no Brasil está acompanhado de questões que se fazem presente em outras localidades no mundo. Nos países desenvolvidos, como nas regiões da Europa e EUA, as precariedades, principalmente as relacionadas ao nível de gastos com o consumo alimentar, estão associadas às condições de baixos salários, turnos reduzidos e múltiplos empregos sazonais (MCKENZIE E MCKAY, 2018; MOILANEN, 2019; LAPPAN, 2019).

Nos países em desenvolvimento, especificamente na América Latina, África e Sudeste Asiático, os baixos níveis de gasto pertinentes ao consumo alimentar e disponibilidade de alimentos, quando no contexto da monoparentalidade, estão mais associados à baixa capacitação, baixos níveis de escolaridade, número de filhos e faixa etária (SHARAUNGA, 2016; OBONG, 2017; SIRISAI, 2018).

A nível nacional, observa-se que a monoparentalidade feminina envolve uma complexa combinação de características sociais e econômicas, em grande parte amplificadas pelo próprio contexto histórico social de desigualdade de gênero, pouca capacitação, necessidade de cuidado com os filhos (de acordo com a idade dos mesmos), além dos conflitos de horários entre as diversas atividades efetuadas, ou seja, fatores que implicam diretamente sobre a renda, formas de consumo e qualidade de vida das famílias de modo geral (BRUSCHINI, 1998; FRASER, 2002; LAVINAS E NICOLL, 2006; ARAÚJO, 2019).

Uma vez observadas as diferentes questões que envolvem a monoparentalidade feminina no mundo, salienta-se que o Brasil possui uma população de características múltiplas, que se relacionam aos domicílios monoparentais femininos. Diante dessa complexidade de contextos, torna-se necessária maior compreensão sobre as variáveis socioeconômicas que tendem a incidir sobre o nível de consumo alimentar dos domicílios monoparentais brasileiros referenciados por mulheres.

Valer-se destes aspectos permite ilustrar a existência de diferentes capitais sociais e econômicos dentro de um mesmo arranjo domiciliar, denotando a necessidade do estabelecimento do perfil socioeconômico relativos a esses domicílios, principalmente ao analisar os níveis de consumo alimentar nessa situação.

Além disso, este estudo contribui ao meio acadêmico por trazer maiores especificidades a um determinado contexto domiciliar, possibilitando indicar os principais fatores e os principais domicílios do tipo que se encontram em maior situação de precariedade, servindo como base para a construção de políticas públicas que possam contribuir para o bem estar das famílias. Não obstante, ao tratar de consumo alimentar, procuramos tratar de assuntos que permeiam a saúde pública, algo extremamente importante em qualquer contexto social.

2. OBJETIVOS

Analisar o impacto das variáveis socioeconômicas sobre o padrão de consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres. Especificamente, pretende-se:

- Traçar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres;
- Identificar em que medida diferentes fatores socioeconômicos influenciam no nível de gastos com o consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres;

- Relacionar a renda auferida dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres aos gastos com o consumo de alimentos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma análise concisa sobre os padrões de consumo alimentar dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres é de extrema importância conhecer alguns temas que abordem a realidade dessas famílias. Dessa forma, analisar variáveis socioeconômicas, assim como o nível de gastos com o consumo alimentar, deve estar atrelado a uma profunda observação das diversas frentes teóricas e conceituais que envolvem esta temática.

3.1. Os arranjos monoparentais

De acordo com Araújo e Scalon (2005), grandes transformações no âmbito familiar e nas relações de gênero estão ocorrendo, o que possibilita enfraquecimento das características hierárquicas da sociedade, além do surgimento de formas mais horizontais e simétricas de interações.

Para Minamiguchi (2017) a família pode ser compreendida e observada a partir de uma ótica institucional, onde ocorrem as transições familiares, a definição do papel que cada membro familiar irá assumir, suas transformações, além das relações de afeto que podem ser estabelecidas, levando em consideração laços sanguíneos ou não. Sendo assim, entende-se que a observação das dinâmicas familiares tem em vista envolver análises com interfaces mais subjetivas.

Segundo Minamiguchi (2017), essas dinâmicas tendem a ser estabelecidas em uma unidade física, denominada domicílio, que possui a conotação de uma unidade de consumo, onde a sua classificação e denominação tendem a ser definidas de acordo com sua configuração (dependendo dos tipos de moradores que ali residem).

Paralelo a essas afirmativas, Costa (2016) infere que a concepção de família tende a estar associada, ainda na atualidade, a uma configuração estratificada e hierarquizada, no sentido dos papéis que são definidos para cada parte integrante deste núcleo familiar, diante da identidade social do indivíduo, podendo abranger um grande grupo de familiares que podem ou não conviver entre si, enquanto o domicílio pode ser considerado como uma unidade doméstica em que essas relações são estabelecidas entre seus residentes.

De acordo com Diniz (2002) a composição da família monoparental se desvincula da ideia de um casal com filhos, uma vez que considera-se a monoparentalidade como um arranjo familiar composto pelos filhos e somente um de seus genitores, sendo, no caso da monoparentalidade feminina, a mãe a única pessoa de referência² no domicílio. Para Minamiguchi (2017), a monoparentalidade pode se configurar diante de eventos de separações, abandonos, rupturas, nascimentos, desvinculações, além de escolhas e opções individuais. Dessa forma, a partir da apresentação destes conceitos, entende-se que os domicílios monoparentais femininos referenciados por mulheres são as unidades domésticas em que se fazem presentes as famílias monoparentais femininas.

De acordo com Álvares (2003), existem certos fatores que podem indicar o crescimento das famílias monoparentais femininas, e dentre eles destacam-se o aumento da expectativa de vida da mulher brasileira, o qual tende a ocasionar maior número de viuvez feminina; o crescimento do número de divórcios e separações, em que na maioria das vezes a guarda dos filhos permanece com a mãe; além das transformações dos valores tradicionais, em relação ao casamento e liberdade sexual.

Os arranjos domiciliares monoparentais, em grande parte, são associados à condição de uma única pessoa de referência, notadamente feminina, situação que tende a transformar a dinâmica domiciliar. Sobre essa questão, Mendes (2016) destaca que ao considerar a mulher a única pessoa de referência, ou “chefe” do domicílio, compreende-se existir desafios e estigmas por se tratar de uma transformação nas relações de poder, em que o gerenciamento domiciliar, por parte da mulher, ainda é questionado ou subestimado.

De acordo com Favaro (2014, p.?), ainda que em muitas camadas sociais a figura masculina esteja associada às funções de prover, arrecadar e manter os domicílios, a monoparentalidade feminina traz consigo a possibilidade do surgimento de redes de apoio, estabelece relações intradomiciliares, desenvolve maior autonomia, além proporcionar maior flexibilização no manejo de recursos.

Goldemberg (2019) destaca que os arranjos monoparentais femininos foram estigmatizados por representarem uma alternativa ao modelo tradicional familiar, num tempo em que os órgãos judiciários consideravam essa configuração legítima somente em casos de

² O termo pessoa de referência no domicílio está associado a identificação de um papel familiar, daquele que é considerado o responsável pelo domicílio, inclusive em aspectos econômicos e sociais. Termo utilizado pelo IBGE na categorização dos diferentes tipos de domicílios existentes. Assim sendo, os domicílios referenciados por mulheres são aqueles em que a mulher é a única pessoa de referência, por sua vez classificados como monoparentais femininos (MEDEIROS E OSÓRIO, 2001).

viuvez e divórcio. Todavia, o autor ressalta que a possibilidade e a legitimidade da formação dos arranjos monoparentais femininos - a partir de novos métodos de reprodução humana ou pelo reconhecimento das mães solo³ -, deu-se, em grande parte, pelo direito e reconhecimento da igualdade constitucional entre homens e mulheres, uma vez que ambos possuem os mesmos direitos perante a lei.

Minamiguchi (2017) elucida que ainda que haja certa diferença no que representam os termos “famílias monoparentais” e “domicílios monoparentais”, pode-se inferir que estes conceitos são complementares e paralelos, juntamente existentes sobre duas perspectivas, tanto a de autonomia e independência, no sentido de mudanças e transformações relacionadas ao gênero, quanto a de possíveis estigmas de condições de vida deterioradas.

Paralelo a esta afirmativa, Maia (2015) destaca que a monoparentalidade feminina é uma tipologia familiar e domiciliar a qual vem acompanhada, em muitos casos, por questões relacionadas à pobreza e precariedade de vida, fatores que podem ampliar os estigmas referentes à capacidade de manutenção feminina no lar. Segundo Costa e Marra (2013), “Pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, preconceitos e desigualdades, a luta pela sobrevivência, e dimensões como gênero, classe, raça, etnia, idade/geração, são aspectos que atravessam as famílias monoparentais referenciadas por mulheres.” (2013, p.145)

Favaro (2016) destaca que as condições intrínsecas à monoparentalidade feminina estão de acordo com os diferentes estratos sociais nos quais a mulher se encontra, somado à sua autopercepção diante da capacidade de mudança e luta por estabilidade econômica.

Em suma, de acordo com Babiuk (2015), considera-se a monoparentalidade feminina um fenômeno sócio-histórico e cultural, de uma sociedade ainda com alicerces patriarcais, onde as mulheres buscam se desvencilhar dos processos de subordinação de gênero, na perspectiva de estabelecer a autonomia econômica, assim como, a proteção de seus entes. Este arranjo familiar representa, ainda que diante de múltiplas jornadas diárias e situações de precariedades, o processo de emancipação das mulheres na sociedade contemporânea.

3.2. A vulnerabilidade dos arranjos monoparentais

A pesquisa de Mckenzie e Mckay (2018) identificou que as famílias monoparentais apresentam desvantagem financeira em comparação a outras famílias associadas. Além disso,

³ De acordo com Silva (2021) o termo mãe solo tem sido utilizado na atualidade em substituição ao termo mãe-solteira, no intuito de desconstruir a definição relacionada ao estado civil, evitando assim o uso de expressões de caráter preconceituoso ou ideológico associado às mães que cuidam sozinhas de seus respectivos filhos.

as famílias monoparentais femininas correm maior risco em relação ao emprego, moradia e participação social.

Da mesma forma, outros autores como Goldani (1991); Menezes (2006); Oliveira (2016); Muduli e Pandya (2019) destacam que arranjos monoparentais femininos tendem a sofrer maiores impactos diante de possíveis estremecimentos na renda e, por essa razão, apresentam-se como os mais vulneráveis socialmente.

De acordo com Carmo (2018), o termo “vulnerabilidade” pode ser compreendido como um conjunto de fragilidades representado por múltiplas determinações, a partir do contexto em que o indivíduo está inserido. A autora destaca que a vulnerabilidade envolve indicadores de renda e fragilidades na obtenção de determinados recursos, podendo ir além no que tange a qualidade de vida, englobando, assim, o acesso à água, energia, moradia, saneamento, saúde e afeto. Dessa forma, entende-se que o termo “vulnerabilidade” corresponde às lacunas sociais que tendem a inibir o processo de desenvolvimento humano, o que por sua vez, pode inserir o indivíduo em uma situação de risco.

Além disso, Janczura (2012) considera o termo “risco social” como o agravamento de determinadas vulnerabilidades sociais e econômicas, que tendem a dificultar o direito à vida, além de limitar o acesso do indivíduo a determinados espaços e recursos. De acordo com Camargo et al. (2013), pode-se verificar que dentre os beneficiários do programa bolsa família, grande parcela é constituída por arranjos monoparentais femininos, sendo este o principal grupo, fator que, mais uma vez, destaca a ideia de que estes arranjos tendem a ser mais vulneráveis social e economicamente. Corroborando esta afirmativa, Alves e Cavenaghi (2013) destacam a existência de maior incidência de pobreza - no que se refere à renda e recursos econômicos -, no agrupamento que considera as mulheres beneficiárias deste programa de transferência de renda, e sem cônjuge.

Em outras palavras, entende-se que as mulheres enquanto mães no contexto da monoparentalidade, quando únicas responsáveis pelos domicílios, passam a ser consequentemente únicas provedoras, cabendo a elas as principais decisões referentes ao consumo, inclusive o consumo alimentar, principal vertente desse estudo. Dessa forma, se elas passam por situações de precariedades, a alimentação tende a ser diretamente comprometida, dadas as questões já descritas.

Sendo assim, pode-se afirmar a existência de um “ciclo de responsabilidade única”, o qual se inicia desde as disparidades sociais que incidem sobre os domicílios, e realoca a condição dessas mulheres à precariedade, fatores esses que tendem a justificar porque este

arranjo receber maiores transferências de renda, além de estarem mais expostas a possíveis riscos, de modo diversificado e amplificado.

Outro fato a ser destacado é a questão da desigualdade de gênero, ainda existente em meio a esta sociedade patriarcal em transição, onde há níveis salariais diferentes entre homens e mulheres, assim como situações de preconceito e abuso que dificultam ainda mais o contexto de família monoparental feminina.

Assim, uma abordagem teórica que pode ser destacada a seguir, na próxima seção, é a concepção de que a maior situação de vulnerabilidade social está atrelada a variáveis que vão além de valores monetários e salariais, esta vertente destaca as questões de empoderamento, capital social e redes de apoio.

3.2.1. O empoderamento feminino nos arranjos monoparentais

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2016), considera-se o empoderamento como um conjunto de princípios que possibilitam que a igualdade de gênero seja um fator presente entre todos e todas, sendo este relacionado às diversas esferas que interagem nos diferentes setores do desenvolvimento.

Dentre estes princípios destacam-se: Tratamento justo entre homens e mulheres; Implementação de lideranças; Garantia de saúde, bem estar e segurança; Promoção da educação e formação profissional; Igualdade e defesa comunitária; Incentivo às práticas de mercado (ONU, 2016).

Segundo Gibim (2016), as concepções acerca do empoderamento são de grande relevância, tratando-se da complexidade das transformações das famílias contemporâneas brasileiras. A autora destaca que determinadas escolhas e decisões, no que diz respeito às mulheres, têm modificado a própria composição domiciliar e familiar, incidindo, inclusive, sobre os arranjos monoparentais femininos. Essas decisões, cada vez mais abertas, também são frutos de novas concepções “empoderadoras”, possibilitando que as mulheres passem a ter maior poder de decisão sobre suas vidas nos mais variados aspectos.

Para Sharaunga (2016), em seu estudo realizado no Quênia, sobre os *Efeitos do empoderamento das mulheres na segurança alimentar das famílias na província rural de KwaZulu-Natal*⁴, ainda que seja clara a importância das mulheres em relação à renda e à garantia de recursos, na maioria dos países emergentes, elas fazem parte de grupos econômica

⁴ SHARAUNGA, S. et al. Effects of women's empowerment on household food security in rural KwaZulu-Natal province. *Development Policy Review*, Washington, v. 20, n. 4, p. 34 - 74, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/NgM2oX2>> . Acesso em: 08 abr. 2019.

e socialmente debilitados na sociedade. Por isso, a autora destaca que o empoderamento das mulheres é fundamental para garantir a manutenção mínima de recursos nas famílias.

Pandey (2014) considera o fator “empoderamento feminino” como um termo multidimensional, que pode ser visto como um conjunto de características que tendem a determinar se o indivíduo, no caso a mulher, encontra-se em estado de aptidão e com recursos para desempenhar suas funções sociais de maneira igualitária, possibilitando sua sobrevivência, manutenção da família e acesso a recursos.

Já Barreto (2016) afirma que, o entendimento sobre empoderamento feminino permite que as mulheres passem a se identificar como agentes sociais passíveis de mudança. Além disso, tende a ampliar a percepção das mulheres, demonstrando a existência de outras possibilidades na superação de determinadas estruturas sociais precárias, ainda existentes quando associadas à disparidade de gênero.

Desse modo, surgem novos discursos, novas formas de resistência e de resposta às possíveis vulnerabilidades existentes, a partir de estratégias que tenham as mulheres como figura central, sendo possível ressignificar as relações de poder em inúmeras localidades.

A identificação das dimensões do empoderamento feminino que, por exemplo, resultam na melhoria do abastecimento alimentar das famílias, é um passo necessário para demarcar políticas apropriadas e eficazes objetivando a redução do quadro de precariedade que se alastra neste arranjo familiar.

Dessa forma, entre as maiores dificuldades estão os altos índices de analfabetismo; exclusão das mulheres em meio a processos de tomada de decisão; falta de recursos e uma série de gargalos sócio-culturais. Novamente, pode-se observar a afirmativa de Sharaunga et al. (2016), a qual relata que, desde o final do século XX, as estratégias para combater a escassez global de alimentos focalizavam a importância de capacitar as pessoas marginalizadas, a fim de estimular que elas pudessem interceder por sua própria mudança.

Diante disso, de acordo com as terminologias utilizadas pelo Banco Mundial (2012), o empoderamento das mulheres representa a expansão de ativos e capacidades que lhes permitem participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar as instituições que afetam suas vidas.

Ao se tratar das práticas como um processo de capacitação, considera-se que o mesmo possa ser aplicado a ambos os sexos, todavia, é mais relevante para as mulheres. São nesses grupos que a falta de poder é mais difundida, pois atravessa as classes e outras distinções sociais, tornando esta situação ainda mais complexa, uma vez que, as relações familiares e de

poder nos domicílios são as principais fontes de impotência das mulheres. Desse modo, essa abordagem teórica indica que o processo de vulnerabilidade social começa nesses fatores contextuais e sociais, que devem ser mudados a partir de um conjunto de práticas.

De acordo com Oliveira (2017), a monoparentalidade feminina, constantemente associada às classes mais pobres, também se depara a um constante crescimento de outras camadas sociais, como a classe média, o que pode ser compreendido, ainda que de forma sensível, como um fruto de mudanças ideológicas ao longo das décadas.

Sobre a precariedade deste arranjo familiar específico, Oliveira (2017) destaca que não é a ausência de uma figura masculina que define possíveis situações de vulnerabilidade socioeconômica, mas sim o déficit do nível de escolaridade e capacitação, questão também contidas nas dimensões de empoderamento.

De acordo com o Banco Mundial (2012), existe uma nova percepção sobre investir no processo de aumento das capacidades dos indivíduos, que possibilita o estabelecimento de escolhas intencionais, transformando essas decisões em ações e resultados desejados que, no caso, seria uma dinâmica domiciliar pautada não só na obtenção de renda e recursos, mas também no bem estar familiar.

Ressalta-se que diferente dos índices de igualdade de gênero, que tendem a comparar a posição das mulheres em relação aos homens, o empoderamento verifica o como as relações entre ambos os sexos influenciam no acesso e controle de recursos das mulheres.

Em suma, autores como Deere (2002) e Salci et al. (2013) reforçam a ideia de que o conceito de empoderamento está intimamente associado à obtenção de autonomia, no sentido de emancipação e capacidade decisória do indivíduo, em busca de poder social e político, além do controle da própria vida, mediante o direito à saúde, cultura e manejo dos próprios recursos. Os autores ainda reforçam que para que esse processo ocorra são necessários constantes avanços nos níveis de capacitação, mediante o acesso a cursos de aperfeiçoamento, educação básica e ensino superior; ou seja, através de variáveis ligadas às dimensões de empoderamento que, por sua vez, podem ampliar possíveis rendimentos, promover emancipação financeira, além de estimular a autonomia e proporcionar qualidade de vida para as famílias.

Salienta-se então, que as mães em condição de monoparentalidade feminina, enquanto única pessoa de referência no domicílio, assumem a responsabilidade de inúmeras decisões, inclusive no manejo de recursos em grande parte escassos; dessa forma, promover o empoderamento das mulheres, através do incentivo de determinadas variáveis intimamente ligadas ao tema, pode proporcionar significativos avanços no processo emancipatório delas,

diante da própria autopercepção de que são agentes ativos na sociedade, nos espaços sociais, na possibilidade de melhorias e avanços socioeconômicos.

Em um estudo realizado por Sirisai et al. (2018) na comunidade matriarcal budista do noroeste da Tailândia, questões referentes aos hábitos alimentares, obtenção de alimentos e renda foram analisadas e respondidas a partir de preceitos sustentados pelo matriarcado, empoderamento e redes de apoio. Uma das conclusões do estudo evidenciou que os valores matriarcais e budistas estavam entrelaçados, que o costume do cultivo de hortas comunitárias com vegetais nativos, estava intimamente associado à relação da mulher com a propriedade.

Além disso, observou-se que os hábitos alimentares eram influenciados pelas mulheres da comunidade, que por ser matriarcal encontravam-se em um grau mais elevado de empoderamento, obtendo assim, a garantia de diversos produtos do segmento alimentar, além da obtenção de excedente para venda e geração de renda.

De acordo com Muduli e Pandya (2018), dentre os resultados que podem ser obtidos, através de uma análise pautada no empoderamento das mulheres, destaca-se a melhoria na obtenção de alimentos, diminuição da fome global, queda nos índices de desigualdade, além da contribuição econômica à população. Logo, capacitar as mulheres possibilita que elas tenham maior controle sobre suas vidas, impulsionando, assim, o desenvolvimento humano; pois para Sharuanga et al. (2016) é constatado que essa ideia contribui para o aumento no controle dos ativos pelas mulheres e conseqüentemente, na disponibilidade de alimentos.

3.2.2. Aspectos da vulnerabilidade dos arranjos monoparentais femininos

Ao levantar os principais aspectos que envolvem o arranjo monoparental referenciado por mulheres, observou-se, inicialmente, alguns conceitos e apontamentos que podem ser categorizados em duas diretrizes, sendo estas a estrutural (renda, salário, emprego e trabalho) e a diretriz de empoderamento e redes de apoio (capacitação, capacidade de agenciamento e controle), onde fatores específicos podem ser considerados como condicionantes, no que tange a vulnerabilidade dos arranjos monoparentais femininos.

Ressalta-se que ambos os fatores podem ser tratados com certo grau de importância, mas ainda assim considera-se relevante destacar o conceito de vulnerabilidade social a partir de uma ótica bourdieusiana, diante de um conjunto de características definidas a partir do conceito de *habitus*, divisão em subgrupos de análise com características definidas e indicadores específicos.

Considera-se que as práticas de consumo estão atreladas aos níveis de renda, assim como ao nível de consumo alimentar. Dessa forma, dada uma variedade de contextos, compreende-se que estas variáveis estão ligadas ao gênero e classe social, e que dentre os grupos considerados mais vulneráveis, encontram-se, de forma expressiva, as mulheres em situação de baixos rendimentos, enquanto únicas responsáveis pelo domicílio.

Dessa forma, pode-se deduzir uma teoria sistemática que permite conceber o objeto familiar, tanto com relevância teórica como empírica, a fim de estabelecer maior interface entre os fatores que envolvem a monoparentalidade feminina e suas especificidades.

Neste sentido, Bourdieu envolve a teoria geral das instituições em uma teoria sistemática de conexão social, colocando fatores teóricos e empíricos referentes à dinâmica da família. De modo específico, essa abordagem incide sobre o conceito de *habitus*.

Para Bourdieu (1983), o termo *habitus* refere-se a um conjunto de práticas, experiências, percepções, costumes e tarefas que possuem determinado significado, formando assim um sistema onde há a interface entre a sociedade e o indivíduo. Deste modo, o que se come, o que se bebe, e o que se veste, são princípios classificatórios, de gostos, estilos e contextos sociais diferentes.

Ao mesmo tempo, Oliveira et al. (2016) destaca que o requintado e o que é vulgar pode ser visto sempre de forma relacional, visto que, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer normal para um, luxuoso ou ostentatório para outro, e até mesmo absurdo para um terceiro.

Este conceito pode ser amplamente utilizado ao classificar o meio social em que o indivíduo está inserido, uma vez que considera a família o primeiro espaço onde as interações sociais acontecem, ou seja, será neste ambiente, dado seu contexto, que as relações de preferências e costumes são definidas. Todavia, considera-se a sociedade como produtora e reprodutora das práticas e das relações estabelecidas em coletividade, e estes aspectos possibilitam classificar os grupos de acordo com a terminologia de *habitus*.

A abordagem de Bourdieu, considerada importante para esse estudo, traz à tona a possibilidade de subclassificar certos grupos divididos em subgrupos, de acordo com seus contextos, capitais, costumes, realidades e preferências, apontando, assim, possíveis agrupamentos que possam estar em maior situação de risco sem generalizar múltiplas realidades e múltiplas características.

De acordo com Sato et al. (2018), a segurança alimentar das mães monoparentais pode ser, por vezes, garantida, a partir de um *habitus* construído de acordo com uma série de fatores

sociais e de experiências de vida, pois, cada família se encontra em um determinado nível de renda e emprego; possui certos tipos de simbolismos, capitais econômicos e sociais além de se relacionarem de modo diferente no interior de cada domicílio, os quais tendem a definir determinado nível de receita disponível, bem como as formas de consumo, incluindo o alimentar.

Em consonância com estes fatos, Guetto e Oncini (2016) destacam que a influência sobre os gostos alimentares das crianças italianas foi afetada principalmente por suas origens sociais, e argumentam que, embora o *habitus* esteja constantemente mudando, ele não muda rápido ou facilmente, visto que existe todo um contexto entre os motivos que justificam as práticas de consumo, muitas vezes atrelados à simples preferência ou até ao conceito de capital culinário e histórico cultural, termo significativo para determinados produtos.

Sato et al. (2018), em sua pesquisa sobre as práticas alimentares das mães brasileiras, infere que a carne é um alimento altamente desejado e que diante de seu valor simbólico, mesmo possuindo um preço elevado, os consumidores fazem esforços para tê-la nas refeições, mesmo que isso signifique comprar carne de baixa qualidade, processada ou rica em gordura, o que pode gerar problemas alimentares significativos, bem como em famílias que não possuem esse produto proteico.

Diante disso, no intuito de ilustrar diferentes contextos existentes associados a um único grupo ou tipologia familiar, salienta-se que em um arranjo familiar podem existir domicílios que estão em situação precária relacionada aos níveis de consumo alimentar, tanto por motivo de excesso de gordura e outros nutrientes como pela falta deles; além dos domicílios que se encontram em níveis satisfatórios no que tange a aquisição de produtos alimentícios.

Dessa forma, de acordo com Sato et al. (2018), um estudo que aponte a variabilidade de determinados contextos, contribui para reafirmar a não homogeneidade dos arranjos domiciliares, uma vez que permite destacar diferentes especificidades que surgem a partir de diferentes níveis de capitais sociais, econômicos dentre outros percebidos, inclusive, nas variáveis socioeconômicas a serem investigadas. Ressalta-se que as teorias de Bourdieu são mais frequentemente utilizadas para explicar as diferenças entre as classes sociais, entretanto, pode-se utilizar desta mesma perspectiva para a investigação das especificidades de um único grupo.

Sirisai et al. (2018), no intuito de elucidar as disparidades que ocorrem dentro de um mesmo tipo de composição familiar - no caso os domicílios monoparentalidade femininos - destacou que em uma comunidade matriarcal a renda média por ano era de 958 dólares, todavia,

um estudo mais detalhado destacou que a renda mais alta registrada era de 4285 dólares, em famílias que possuíam funcionários no serviço público, enquanto a renda mais baixa foi de apenas 35 dólares, referente às pessoas que viviam em subsistência, vendendo seus excedentes agrícolas ou ganhando salários diários. Essas informações revelam os diversos contextos que podem existir em um mesmo grupo social.

Segundo Sato et al. (2018) uma abordagem de tamanho único para saúde, nível de consumo alimentar, vulnerabilidade social e populações de baixa renda é insuficiente. A pesquisadora deixa claro que após sua pesquisa, ao se referir à saúde das famílias heterogêneas com baixa renda, foi criado um precedente para a aplicação em outras populações, como classes sociais ou grupos com características alimentares específicas, possibilitando possíveis ganhos para a ciência e reconhecendo particularidades até então inexistentes.

Em suma, esses argumentos teóricos destacados reforçam a compreensão da pluralidade dos domicílios monoparentais femininos, principalmente ao correlacionar consumo alimentar e indicadores socioeconômicos, o que, como já mencionado anteriormente, possibilita destacar grupos que, de acordo com seus contextos socioeconômicos, encontram-se em maior situação de fragilidade. De modo consecutivo, essas mesmas características demonstram a importância de se compreender que cada indivíduo, assim como suas escolhas, está sujeito a um conjunto de fatores correlacionados entre si.

3.3. A perspectiva de consumo e renda de arranjos vulneráveis

Uma vez destacada a extensa variedade de transformações demográficas, ideológicas, sexuais e reprodutivas, os quais a sociedade passa, existe a percepção de que essas mudanças tendem a impactar significativamente a dinâmica dos domicílios, estabelecendo, assim, novas configurações como o arranjo monoparental feminino. Nesse sentido, Medeiros e Osório (2002) destacam que essas transições não incidem somente sobre as tipologias familiares e suas reconfigurações, mas também, sobre as práticas de consumo ali estabelecidas.

Essas formas de consumo tendem a mudar de acordo com a composição demográfica da família, envolvendo, assim, particularidades como as características da pessoa de referência do domicílio, gênero, presença de adultos e crianças, formas de rendimento, além do ciclo de vida. Bruschini (2007) destaca que, sobre a perspectiva do consumo, torna-se necessária uma abordagem pertinente ao gênero, pois, dada a desigualdade entre homens e mulheres, inclusive na divisão do trabalho doméstico, surgem também particularidades no que tange as decisões reprodutivas e de consumo, em que cada indivíduo passa a ter suas próprias prioridades.

Para Carvalho e Alves (2016), a compreensão das formas de consumo nos arranjos domiciliares, levando em consideração o gênero dos responsáveis pelo domicílio, permite a elaboração de uma análise mais próxima da realidade, tornando possível a observação de como essas práticas – relativas ao consumo - são desenvolvidas e tendem a se modificar de indivíduo para indivíduo. Segundo os mesmos autores, em grupos domiciliares marcados por situações de vulnerabilidade socioeconômica, observa-se elevada participação dos gastos com alimentos básicos, como farinhas, cereais, grãos, remédio e transporte público; já nos grupos com elevados níveis de renda há maior presença de gastos com habitação, serviços, educação e planos de saúde.

Sobre essa constatação, pode-se aludir a um princípio conhecido como a Lei de Engel⁵ elucidado por Bennett e Kassarian (1975), em que se define, economicamente, que quanto menor a renda da família que compõe o domicílio, maior em proporções será o gasto com a alimentação que, por sua vez, são bens básicos necessários para a sobrevivência. Em síntese, sendo menor o rendimento de uma família, conseqüentemente, menor será a proporção dos rendimentos gastos em saúde, cultura, lazer, habitação, entre outros.

Paralelo a essa afirmativa, Hoffman (2007) destaca que o impacto dos gastos com alimentação está, em grande parte, atrelado ao número de integrantes conviventes entre si nos seus respectivos domicílios.

A partir destas teorias chega-se ao entendimento de que, dado acréscimos na renda, os membros do domicílio tendem a optar por melhorias na qualidade de vida, fazendo com que os bens necessários à sua sobrevivência, uma vez já adquiridos, passem a dar lugar a diferentes segmentos de consumo, como educação, cultura e lazer, além da obtenção de bens duráveis.

Tratando especificamente do fator renda, entende-se que muitas mães, como únicas responsáveis pelo domicílio, possivelmente estejam em condição de precariedade devido às menores condições de emprego e aos baixos níveis de salário, comprometendo, assim, seu nível de gastos com o consumo alimentar, conforme elucidado anteriormente.

Em relação à jornada de trabalho, para Mckenzie e Mckay (2018), a maioria das mães prefere o trabalho em meio período, por possibilitar o ajuste deste com as responsabilidades familiares. Todavia, embora esse emprego possa ser flexível e atender às atividades domésticas, os aspectos negativos do serviço ocasional, para mães enquanto únicas responsáveis pelo

⁵ Postulado econômico criado por Ernst Engel, que estabelece a relação entre o nível de renda e os gastos com o consumo alimentar (CALLEGARO, 1982).

domicílio, incluem uma jornada reduzida de trabalho, insegurança e insatisfação geral com o emprego.

Deste modo, as características negativas dessas atividades ocasionais estão relacionadas à natureza não especializada, assídua e de pequeno nível de remuneração, não havendo a possibilidade de benefícios como férias, folgas e oportunidades de desenvolvimento na carreira. Salienta-se, ainda, que apesar do emprego integral trazer possíveis ganhos de rendimento, estabilidade e bem estar, o mesmo não proporcionaria um ajuste de jornada necessário à execução das responsabilidades de cuidado com a família – exigência imposta às mulheres enquanto mães na condição de monoparentalidade.

Mckenzie e Mckay (2018) ressaltam que as mães monoparentais que saem da previdência social têm maior probabilidade de ocuparem empregos casuais em meio período, com o objetivo de conciliar emprego e responsabilidades familiares; como resultado, recebem salários mais baixos e sofrem maiores desgastes físicos e emocionais, situação que influencia nos padrões de consumo alimentar e renda.

Para Moilanen et al. (2019), a carga de trabalho total realizada pelas mães “chefes” únicas de família, combinando responsabilidades do trabalho externo, doméstico e do cuidado com os filhos, impõe grandes demandas à vida familiar, em comparação com famílias biparentais, o que determina que as mães solo tendem a apresentar menores rendimentos em relação às mães de famílias nucleares, evidenciando, assim, que fatores estruturais são altamente determinantes na condição socioeconômica das mulheres.

Sharaunga et al. (2016) destaca que, a partir do momento que são consideradas outras questões, como as citadas anteriormente, as mães passam a ter que optar por outras escolhas, que as aproximam das jornadas de trabalho informal, mais curtas, fator que tende a perpetuar a precariedade da renda, além do constante desfalque de capital humano ainda presente entre as mães solo. Dessa forma, entende-se que as mães no contexto da monoparentalidade tendem a enfrentar maiores limitações nas oportunidades de melhoria dos empregos e dos níveis salariais. Situação que também tende a restringir a obtenção de maior autonomia e independência financeira.

Para Moilanen et al. (2019) as mulheres em situação monoparental, em comparação às que estão em situação biparental, tendem a trabalhar em horários considerados mais flexíveis e fora do padrão, gerando baixo rendimento salarial, além de um possível conflito de papéis em relação ao tempo destinado às tarefas do cotidiano doméstico e as tarefas das horas de trabalho

externo, e remunerado. Este fato, novamente, elucida a dificuldade das mães em aceitar um emprego integral.

Em suma, em relação aos assuntos estruturais, como trabalho e remuneração, essa abordagem define que as relações entre emprego e famílias monoparentais geram significativos impactos nos padrões de gastos com o consumo alimentar.

3.4. A alimentação como elemento essencial para os arranjos vulneráveis

De acordo com Galvão (2015), ao realizar análises referentes às formas de consumo das famílias brasileiras, compreende-se que ao ocorrer um acréscimo nos rendimentos de um domicílio, que tem como responsável a figura feminina, observa-se maior tendência à elevação dos gastos com alimentação e outros segmentos de consumo, em comparação a outras configurações domiciliares.

Ademais, Sette (2017) ressalta que é notória a correlação entre o gênero e o aumento no consumo de determinados produtos, quando há os acréscimos na receita familiar. Segundo a autora, esse acréscimo da renda em domicílios referenciados por mulheres possibilita o aumento do consumo de carne de boi, carne suína, arroz e feijão, o que justifica a angústia e preocupação, por parte das mães, em garantir o acesso a este segmento de consumo.

Conforme Sato et al. (2018), existem condicionantes que modificam a qualidade de vida, de acordo com as características socioeconômicas. Para a autora, dentre essas condições, destaca-se a ideia de que as famílias que possuem precário nível de renda tendem a manter baixa aquisição de produtos alimentares, ou produtos com poucos nutrientes, situação que impacta, inclusive, a saúde dos indivíduos.

Corroborando esta concepção, Fulgoni e Drewnovski (2019) ressaltam que as práticas alimentares não saudáveis, entre mulheres de baixa renda, têm sido associadas à falta de acesso a alimentos frescos; além disso, eles citam que a preferência por alimentos com alto teor de gordura e açúcar, atrelado a problemas financeiros, são outros contextos que devem ser observados.

De acordo com Ene-Obong et al. (2017), os grupos familiares que se encontram em meio aos maiores índices de desnutrição, e com consequentes problemas relativos à oferta de alimentos, pertencem ao arranjo monoparental feminino. Além disso, para a autora, algumas doenças como a obesidade estão crescendo nestes grupos devido a ingestão de alimentos com baixo teor nutritivo e alto teor calórico.

Lappan et al. (2019) observaram que as taxas de obesidade infantil - entre as crianças de lares monoparentais que não vivem exclusivamente na pobreza - aumentaram substancialmente na primeira década do milênio, e revisões mais recentes apontam que as crianças de grupos socioeconômicos mais baixos sofrem, de maneira desproporcional, com o excesso de peso e obesidade.

Os autores acrescentam ainda que, este fato foi mencionado na pesquisa norte-americana, onde constatou-se que essas famílias frequentemente consomem fast food, alimentos processados, alta quantidade de farinhas e outras fontes extensas de carboidrato, devido à exaustão associada a longas jornadas de trabalho, à dificuldade de acesso a recursos financeiros, ou ao tempo necessário para o preparo de alimentos saudáveis, fator que evidencia a ideia de que as relações de trabalho, frente à dinâmica domiciliar, influenciam os padrões de consumo alimentar e, conseqüentemente, a saúde como um todo.

De acordo com Pandey e Bardsley (2019), na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres, principalmente em regiões mais ruralizadas, desempenham um papel importante para garantir o abastecimento alimentar das famílias, produzindo e estabilizando o acesso aos alimentos, gerando renda, e mantendo o nível de consumo alimentar doméstico. Para os autores, mesmo quando há comida disponível, existem outros fatores que influenciam a alimentação e a nutrição das famílias, incluindo diferenças de gênero no acesso aos alimentos; padrões de distribuição de alimentos intra-lar; conhecimento nutricional materno e práticas de alimentação de bebês e crianças pequenas. Essas variáveis, e como elas afetam o nível de consumo alimentar, precisam ser estudadas mais extensivamente, pois tendem a fornecer pistas para uma melhor definição das reais situações destes contextos familiares.

Segundo Alves (2019) os desafios contidos no contexto da monoparentalidade feminina, no que tange a dupla jornada e a necessidade de conciliar o tempo disponível com a execução de inúmeras tarefas, têm alterado o comportamento do consumo de alimentos nesses domicílios. Dessa forma, a autora infere que dadas as circunstâncias, muitas mães têm tido uma redução no tempo de preparo dos alimentos, fazendo com que os produtos consumidos sejam preferencialmente aqueles que levam menos tempo de preparo, ou seja, os comumente contidos nas categorias de produtos ultraprocessados.

Sette (2017) afirma que, além do tempo necessário para preparar os alimentos, o contexto da monoparentalidade feminina, associado às situações de sobrecarga nas funções do cotidiano, interferem diretamente nas escolhas do consumo alimentar. Sette (2017) ainda destaca que essa dinâmica, do consumo alimentar, tende a se modificar à medida que as

transições familiares vão ocorrendo, através de mudanças etárias e quantidade de moradores no domicílio.

Por fim, Alves (2019) declara que a compreensão de que a mudança na dinâmica domiciliar tende a alterar as formas de consumo alimentar torna-se necessária, para que possíveis políticas públicas tenham como objetivo a qualidade de vida das famílias, garantido, assim, a elevação dos padrões de consumo.

3.5. Aspectos de Ciclo de Vida nos arranjos monoparentais femininos

Até aqui, e partir das abordagens apresentadas, pode-se destacar a presença constante de desafios referentes à monoparentalidade feminina. O presente trabalho também discorreu sobre a dinâmica domiciliar e o como esta tende a se alterar a medida em que se modificam a quantidade de residentes, as questões de gênero, a faixa etária dos moradores, a presença de crianças e a necessidade de cuidados domésticos. Em síntese, essas questões também estão associadas às concepções acerca do ciclo de vida familiar e, por esta razão, considera-se válido abordar, ainda que brevemente, este conceito (sobre o ciclo de vida) e algumas de suas implicações.

De acordo com McGoldrick e Shibusawa (2016), o termo “ciclo de vida” ou “ciclo vital”, parte do entendimento de que a família, assim como seus integrantes no domicílio, está em constante transformação, representada por um conjunto de transições compreendidas entre mudanças etárias, questões de gênero, separações e uniões, ocorridas ao longo do tempo. Em suma, para as autoras, essa terminologia refere-se às transformações sistêmicas que tendem a alterar a dinâmica das relações, e de determinadas práticas na família e no domicílio ao longo do tempo, de acordo com as fases em que o indivíduo se encontra.

Para Coelho (2015), o ciclo de vida da família gera implicações na tomada de decisões, nas formas de obtenção de rendimentos, na execução de tarefas do cotidiano, nas práticas de consumo e no modo como priorizam os cuidados e afazeres domésticos. A autora ainda destaca que, no caso das mulheres alguns fatores podem ser limitantes, como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, devido ao ciclo de vida em que as mesmas se encontram, principalmente se possuírem filhos pequenos, o que exige maior cuidado e dedicação, estando ela em um contexto onde é a única provedora.

Paralelo a essa afirmativa, Rezende (2018) afirma que de acordo com o ciclo de vida, em que determinado domicílio se encontra, pode-se adotar diferentes estratégias para a arrecadação e manejo dos recursos necessários para garantia da dignidade e qualidade de vida,

e ressalta que, a partir dessas condições (relacionadas ao ciclo de vida), a economia domiciliar passa a ter uma dimensão mais ampla, podendo transitar não somente entre a concretude da renda e consumo, como também sobre as especificidades e particularidades em que os indivíduos se encontram, enquanto integrantes de um domicílio. Dessa forma, compreende-se que ao analisar os domicílios monoparentais femininos, questões sobre o ciclo de vida também se fazem relevantes, uma vez que a dinâmica dos domicílios tende a alterar o nível de renda disponível, assim como o nível de gastos com o consumo alimentar.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Caracterização da Pesquisa

Realizou-se uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo e, para isso, foram utilizados dados secundários da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018. O caráter quantitativo se deve ao fato das variáveis socioeconômicas, provenientes da POF 2017-2018, serem quantificáveis, possibilitando gerar cálculos estatísticos a respeito dos gastos alimentares referentes aos domicílios monoparentais referenciadas por mulheres.

De acordo com Marques e Melo (2016), a pesquisa quantitativa possui uma linguagem matemática, ainda que os dados coletados sejam cabíveis de interpretação. O autor destaca que o método quantitativo permite maiores generalizações, no que diz respeito à fidelidade com o coletivo, a partir de determinadas amostras consideradas representativas para a população. Para Fonseca (2012) a pesquisa quantitativa possibilita associações objetivas, permitindo a realização de inferências além de estabelecer relações entre variáveis, causas e efeitos, dos mais diversos fenômenos.

Já o caráter descritivo, segundo Oliveira (2011), tem como principal intuito a descrição das características do objeto de estudo a ser analisado, como uma população, experiência ou evento. Dessa forma, pode-se observar algumas particularidades em relação às variáveis como faixa etária, renda, sexo, dentre outros, possibilitando a reunião e análise de inúmeras informações.

De acordo com Nunes et.al (2016), considera-se a pesquisa descritiva como um instrumento metodológico, o qual permite a implementação de melhorias e soluções de problemas de acordo com uma observação minuciosa e objetiva, podendo também assumir formas de levantamentos, registros e análise de fatores, os quais podem se relacionar com o fenômeno e processo em questão.

Complementando essa afirmativa, Prodanov (2009) afirma que, neste caso, estabeleceu-se a implementação de técnicas padronizadas de coleta de dados e observações sistemáticas, a fim de registrar, analisar e ordenar as informações obtidas, fator que possibilita a descoberta de causas e relações com outros contextos e meios.

A opção por trabalhar com os dados da POF, deve-se ao fato de ser uma pesquisa representativa a nível nacional, que apresenta a possibilidade de fornecer uma resposta mais abrangente sobre o orçamento doméstico das famílias monoparentais femininas do país.

4.2. Fonte de dados: Pesquisa de orçamentos Familiares – POF

A POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares -, tem como objetivo e principal implicação avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita a apresentação de um perfil das condições de vida da população brasileira, a partir da análise dos orçamentos domésticos.

Ainda que haja considerável enfoque nas informações associadas ao quadro orçamentário, outras características domiciliares também são observadas, incluindo a autoavaliação subjetiva sobre a qualidade de vida. De acordo com os resultados da pesquisa, pode-se realizar estudos referentes às famílias, segundo as classes de rendimentos, disparidades regionais, situação censitária, fluxo e volume das transferências entre as diversas classes de renda, bem como a extensão do mercado consumidor para determinados segmentos de produtos e serviços. Importante Ressaltar que a pesquisa tem como unidade investigativa o domicílio, sendo, assim, analisado por amostragem (IBGE, 2019).

De acordo com Bazzoti (2016), esta amostra ilustra, de forma estatística e realística, a população brasileira sendo composta por domicílios particulares, destinados à habitação; considerando este último, como o espaço onde habita uma ou mais pessoas, ligadas ou associadas por laços de parentesco; interdependência doméstica ou ligadas por algum código de convivência. Sendo assim, considera-se o domicílio como a principal base investigativa para a observação dos diferentes níveis de orçamento, além de outras características referentes àqueles que residem na mesma unidade.

A opção por utilizar os microdados referentes a POF, relaciona-se ao fato deste banco de dados abarcar uma alta gama de possibilidades de análise, dada sua riqueza de informações sobre fatores que compreendem o orçamento doméstico e as despesas dos domicílios em amplitude nacional. Dessa forma, torna-se possível identificar, com maior embasamento, a

realidade dos arranjos domiciliares no Brasil, além de permitir uma avaliação sobre condições de vida, mediante as questões de consumo alimentar, renda e outros fatores socioeconômicos.

Segundo Melo (2019), a POF é uma pesquisa por amostragem estatística e probabilística, que representa tanto áreas urbanas como rurais, isto é, todo o espaço geográfico brasileiro, especificando variáveis referentes aos níveis de consumo, gastos e rendimento das famílias.

Fontes (2014) destaca que, visto a diversidade de temas, a POF possui inúmeras possibilidades de uso, desde uma possível contribuição para o entendimento amplo sobre as condições de renda da população, até a identificação de possíveis políticas públicas que sejam mais adequadas e pontuais. Isso porque, considera as necessidades e especificidades populacionais a partir de temas referentes ao consumo, renda, saúde, moradia, dentre outros.

Fontes (2014) ainda elucida a existência de aplicabilidade da POF no meio privado, podendo ser viável na definição de estratégias de investimentos, tanto na ótica do mercado consumidor quanto para implementação de outros projetos de caráter empresarial. Logo, compreende-se que esta base de dados permite a investigação de características referentes aos domicílios e às famílias, envolvendo tanto estruturas orçamentárias quanto outras variáveis socioeconômicas.

4.3. População e amostra

Sobre a população e amostra, foram analisados os domicílios configurados por mulheres brasileiras - referências singulares dos domicílios -, que se encontram em situação de monoparentalidade. Dessa forma, a amostragem aqui destacada é considerada a nível nacional, de acordo com os institutos de pesquisas referentes aos estudos populacionais do Brasil, o que possibilita a amplitude da análise da população, uma vez que estes dados já foram coletados e quantificados pelas devidas e credenciadas instituições governamentais.

Segundo o IBGE (2019), foram realizadas entrevistas em 57920 domicílios. No entanto, ressalta-se que ainda que a amostragem seja a nível nacional, de acordo com as diretrizes da pesquisa e para fins de operacionalização - no que diz respeito a base de dados utilizada - foram feitas filtrações de modo que fossem considerados somente os domicílios monoparentais referenciados exclusivamente por mulheres, o que restringe a amostra à quantidade de aproximadamente 4610 domicílios.

4.4. Método da coleta de dados

As informações referentes aos rendimentos familiares, despesas, níveis de consumo e classe social do específico arranjo domiciliar foram coletadas a partir de microdados contidos na POF. De acordo com Leite (2019), os microdados podem ser considerados como um conjunto de dados referentes à determinada unidade observacional (indivíduos, famílias, ambientes), sendo associados a um grande volume de informação, dada a quantidade de observações e variáveis processadas.

Do montante de sete questionários disponibilizados na POF, utilizou-se dados das seguintes seções: a primeira, POF-1, investigou características do domicílio e dos moradores, havendo inúmeras informações que vão desde as condições de escolaridade e saúde, até os níveis de renda total de cada domicílio; a terceira, POF-3, também conhecida como caderneta de despesas coletivas, que apurou os gastos diários da unidade de consumo e por último a POF-4, que averiguou o bloco de consumo individual.

4.5. Método de análise de dados

4.5.1. Caracterização socioeconômica

Em um primeiro momento foi traçado o perfil socioeconômico das famílias monoparentais e, consecutivamente, verificou-se os fatores estruturais e intervenientes que se relacionam ao consumo alimentar destas famílias. Como ferramenta foi utilizado o programa estatístico Stata, que permite realizar análises econométricas, e permite estabelecer relações entre inúmeras variáveis identificando o seu grau de impacto, alternância, variância, além de inúmeros tipos de regressão.

Em suma, e de acordo com Procópio e Freguglia (2013), além do caráter econométrico e estatístico, o Stata possibilita o manuseio de grandes bases de dados. A maioria de seus comandos são baseados em programação, ainda que a nível inicial. A partir deste software pode-se analisar dados, criar gráficos, estabelecer testes de hipóteses e intervalos de confiança, além de possuir outros mecanismos estatísticos que possibilitam maior precisão e realidade à pesquisa.

Tratando-se da escolha das variáveis analisadas, as mesmas foram identificadas através de uma sucinta revisão de literatura em que, a partir de diferentes dimensões teóricas, pôde-se destacar um conjunto de variáveis que fosse capaz de caracterizar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. Desse modo, foram utilizadas as variáveis referentes à renda, consumo, escolaridade (incluindo anos de estudo, se sabe ler e

escrever e se possui graduação), raça/cor, idade da pessoa de referência, quantidade de filhos, idade dos filhos, situação do domicílio e se possui plano de saúde.

Sobre as variáveis que caracterizaram os moradores do domicílio, buscou-se caracterizar as mães e seus respectivos filhos, além disso, algumas dessas informações também foram analisadas a nível regional, no intuito de apresentar possíveis disparidades.

Sobre a variável idade dos filhos, optou-se por realizar um recorte na idade, de modo que fossem considerados somente os filhos com idade entre 0 e 14 anos, uma vez que a própria literatura infere que os indivíduos nessa faixa etária ainda carecem de maiores cuidados e acompanhamento, momento em que devem estar inseridos em instituições como creches e escolas de ensino básico e fundamental. Contudo, para a variável número de filhos, foi considerada toda prole, nas mais variadas faixa etárias, de modo que possibilitasse observar o tamanho dos domicílios, no intuito de identificar quantos indivíduos residiam em uma mesma casa.

Para a realização de uma observação concisa sobre as variáveis taxa de alfabetização e média de anos de estudo dos filhos, realizou-se um recorte - especificamente para essas variáveis - na faixa etária dos filhos, de modo que fossem considerados somente aqueles que se encontravam em idade escolar. Já, para a variável graduação, considerou-se aqueles que estavam matriculados em alguma graduação em andamento ou já a havia concluído. Dessa forma para analisar a taxa de graduação dos filhos, também foi realizado um recorte de idade, no intuito de que fossem analisados somente os filhos em idade acima de 16 anos, quando o indivíduo já pode estar inserido em alguma instituição de ensino superior.

Uma vez selecionadas as principais variáveis, foi utilizado o Software Stata para que somente as que foram destacadas fossem utilizadas, e extraídas do banco de microdados da POF, considerando este feito necessário pela própria natureza dos dados. Assim, foi realizada uma segunda filtragem, delimitando quais segmentos de microdados seriam utilizados.

Em sequência, após a constatação dessas informações, as variáveis foram renomeadas, classificadas e categorizadas, seguindo a mesma lógica do dicionário de variáveis do IBGE, possibilitando, portanto, a realização da análise de dados, a partir de uma estatística descritiva. Após o refinamento das variáveis citadas, optou-se por trabalhar cada segmento de dados de forma separada, ou seja, cada um dos questionários (POFs) foram tratados e alinhados conforme as diretrizes da pesquisa.

No banco de dados referente aos moradores foi necessária a definição e classificação de cada morador que se encontrava no domicílio, identificando assim o tipo de pessoa de referência

e a relação ou grau de parentesco com os demais moradores. Para isso foi criada a variável *hhtype*, que permitiu agrupar os domicílios em diferentes tipologias (monoparental, unipessoal, casal com filhos, casal sem filhos), de acordo com a característica de cada morador (se pessoa de referência, filho, irmão, cônjuge, companheiro, dentre outros), permitindo, assim, a categorização do domicílio, conforme apresentado abaixo:

Tabela 1- Distribuição amostral dos arranjos domiciliares, segundo o tipo de domicílio – Brasil 2017/2018.

Tipos de Domicílio	Distribuição Percentual da amostra
Unipessoal	4,38%
Casal sem filho	10,40%
Casal com filho	45,82%
Monoparental	9,19%
Monoparental referenciado por mulheres	7,95%
Monoparental referenciado por homens	1,24%
Família estendida	28,55%
Domicílio Composto	1,67%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Importante ressaltar que a monoparentalidade pode ser, também, configurada em domicílios estendidos ou compostos; todavia, a partir dessa amostra, para fins metodológicos, optou-se por abordar exclusivamente a monoparentalidade feminina, considerando a mulher enquanto única pessoa de referência, uma vez que a própria literatura infere que esse arranjo possui maior tendência a se encontrar em situação de vulnerabilidade social. Além disso, pode-se elucidar que os domicílios monoparentais femininos são os mais expressivos em proporção, quando observada a totalidade de residências monoparentais existentes.

Deste modo, chegou-se ao banco de dados referente aos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, onde foram agrupados os domicílios com esta tipologia, mantendo todas as variáveis já colhidas e filtradas anteriormente; em sequência, foi possível observar informações detalhadas a respeito desse grupo amostral. Para que fosse possível obter essas informações, ainda por meio do Stata, uma série de comandos foram executados, separando variável por variável, tipo de morador, e a região em que o domicílio se encontrava.

Desse modo, chegou-se às seguintes informações: Proporção de domicílios monoparentais femininos no Brasil e região; renda média do domicílio a nível nacional e regional; gastos com o consumo alimentar a nível nacional e regional; raça/cor; total de filhos a nível nacional e regional; idade da pessoa de referência no domicílio e idade dos filhos a nível nacional e regional; taxa de analfabetismo das mães e dos filhos a nível nacional e regional;

anos de estudo e se possui graduação; existência de plano de saúde a nível regional e nacional; além das informações censitárias do domicílio, também a nível nacional e regional.

4.5.2. Construção da Variável “Nível de Gastos com o Consumo Alimentar”

Em um primeiro momento utilizou-se dados referentes à POF-3 e POF-4, sendo estes o bloco de consumo individual e a caderneta de despesas coletivas, respectivamente. Esses dois bancos de dados possibilitaram a observação do consumo de modo geral, considerando todos os produtos consumidos, em sua unidade monetária, o que permitiu elucidar a proporção de gastos com determinado segmento de consumo.

Para a criação da variável “nível de gastos com o consumo alimentar”, após o acesso aos bancos de dados já mencionados, foi necessário trabalhar de forma mais detalhada com o arquivo de cadastro dos produtos, referente a variável 9001⁶, catalogada no dicionário de variáveis da Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017/2018 (POF 2017/2018). Salienta-se que, nesse arquivo, todos os produtos referentes ao consumo de modo geral estavam cadastrados, sendo necessário destacar e qualificar os que seriam do segmento alimentar, levando em consideração as nomenclaturas e especificidades de cada região. Esse procedimento foi realizado tanto em despesas individuais quanto na caderneta de despesas coletivas, de forma concomitante. Ressalta-se que ao trabalhar com a Caderneta, utilizando a própria ordem do dicionário de variáveis no arquivo “cadastro de produtos”, foram selecionados os quadros 63 a 69.

No banco de “despesas coletivas”, para a seleção dos produtos do segmento alimentar, foram selecionados os quadros 21 a 51⁷, estabelecendo a ideia de que cada banco de dados trata de um específico agrupamento de produtos, de acordo com suas características, fazendo com que o uso de duas bases possibilitem observações mais concretas sobre o nível de gastos com consumo alimentar.

Para uma análise mais detalhada, optou-se por trabalhar com os dois bancos de dados (caderneta de despesas coletivas e bloco de consumo individual), uma vez que, além das

⁶ A variável 9001 refere-se a todos os produtos catalogados e listados na categoria consumo. São todos os produtos adquiridos e consumidos por aqueles que vivem em determinada unidade domiciliar (IBGE 2019).

⁷ Cada Questionário da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) apresenta uma ampla categoria de informações a respeito dos domicílios e de seus respectivos moradores. Na POF-3 (Caderneta de despesas individuais) os quadros 21 a 51 estão associados aos produtos alimentícios adquiridos como despesa individual. Na POF-4 (caderneta de despesa coletiva) os quadros 63 a 69 referem-se a categoria de produtos alimentícios adquiridos, considerados como despesas coletivas, todos esses quadros e informações podem ser acessados em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=microdados>> (IBGE 2019).

despesas coletivas, é permitido à cada morador, de acordo com sua individualidade, adquirir outros bens e produtos, conforme as características socioeconômicas daquele domicílio.

Em síntese, observa-se que além do consumo alimentar coletivo e das despesas do mês referente aos mantimentos básicos, podem existir outros produtos alimentares que são adquiridos no dia a dia, como alimentos já prontos, delivery, entre outros. Além disso, dentro de um domicílio, os moradores podem adquirir produtos de forma individual, ainda que seja para uso coletivo. Dessa forma, pode-se chegar a um valor mais aproximado, da totalidade de gastos com alimentos em cada unidade domiciliar.

Uma vez feito esse procedimento, nos bancos de dados, foi necessário agrupá-los de forma única, de modo que as despesas individuais fossem alocadas de acordo com os domicílios correspondentes. Em outras palavras, foi preciso unificar as duas bases de dados, isto é, agrupar cada morador em seu respectivo domicílio, quantificando, de forma conjunta, tanto as despesas coletivas do domicílio como os gastos individuais.

Dessa forma, chegou-se ao valor total de gastos com consumo alimentar em cada residência, o que possibilitou a construção da variável “nível de gastos com consumo alimentar”. Por fim, é importante ressaltar que na apresentação da estatística descritiva, sobre os gastos com consumo alimentar, os valores referem-se a uma média mensal, ou seja, o quanto determinado domicílio gasta em média por mês na aquisição de alimentos.

4.5.3. Desenvolvimento de modelos estatísticos

No intuito de cumprir com os demais objetivos, realizou-se um segundo momento de análise, à luz de uma estatística inferencial, de forma que fosse possível estabelecer a correlação entre as variáveis socioeconômicas destacadas e o nível de gastos com consumo alimentar. Assim, com a ajuda do Stata, estabeleceu-se um método de análise a partir da implementação de um modelo estatístico, denominado “regressão linear múltipla”.

Segundo Rodrigues (2012), todo modelo de regressão deve ter como método a observação de seus pressupostos, assim como o vínculo entre as variáveis deve ser comprovado pela própria literatura. De acordo com Sassi et al. (2011), considera-se a regressão linear múltipla como uma técnica econométrica que busca identificar umnexo matemático entre uma das variáveis a ser estudada, diante das demais, consideradas relevantes na explicação de determinado assunto. Dessa forma, busca-se estabelecer uma explicação sobre a incidência de determinado fator, a partir de um conjunto de características, o que permite a constatação dos principais padrões de relação e associação entre as variáveis.

Essa técnica de análise é amplamente utilizada na estimativa de possíveis resultados por meio de uma regra estatística. Para Moreira (2019), enquanto numa regressão linear simples é estabelecida uma relação de causa e efeito de um problema, a partir de uma relação direta entre uma variável dependente e uma única variável independente, na regressão linear múltipla, é permitido o tratamento de duas ou mais variáveis explicativas.

Sendo assim, a regressão linear múltipla torna-se um notável recurso a partir do momento em que uma única variável prognóstica seja considerada insuficiente para explicar a variável dependente, como aquilo que se pretende investigar, fazendo-se necessário a utilização de um conjunto de variáveis explicativas.

Para a construção do modelo estatístico, em um primeiro momento, buscou-se estabelecer a relação entre o nível de gastos com consumo alimentar e o nível de renda, sendo este, inclusive, um dos objetivos específicos desse estudo. Já, em um segundo momento, foram criados outros modelos para que se pudesse chegar em um padrão único, mais conciso, que englobasse as demais variáveis socioeconômicas, buscando estabelecer uma relação entre o nível de gastos e o consumo alimentar.

A cada modelo criado, foi adicionado um determinado conjunto de variáveis, observando, assim, o grau de significância de cada uma delas e do padrão como um todo (R^2), de forma que fosse possível obter um modelo referencial final, mais ajustado, que possibilitasse realizar interpretações mais alinhadas e seguras, além de permitir outras interpretações a respeito dos domicílios monoparentais femininos. Além disso, foi observado o nível de relação entre as variáveis, de modo que fossem consideradas somente as principais que envolvessem cada segmento socioeconômico (renda, educação, saúde, dentre outros), de acordo com seu coeficiente. Ao todo, foram desenvolvidos 7 modelos estatísticos, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 2- Modelos desenvolvidos e suas respectivas variáveis.

Modelo	Variáveis
Modelo 1	Gasto alimentar e renda.
Modelo 2	Gasto alimentar, renda e idade.
Modelo 3	Gasto alimentar, renda, idade e raça/cor.
Modelo 4	Gasto alimentar, renda, idade, raça/cor e região.
Modelo 5	Gasto alimentar, renda, idade, raça/cor, região e situação censitária.
Modelo 6	Gasto alimentar, renda, idade, raça/cor, região, situação censitária e taxa de alfabetização (sabe ler e escrever).
Modelo 7	Gasto alimentar, renda, idade, raça/cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização (sabe ler e escrever, total de filhos e plano de saúde).

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Nas variáveis contínuas, como renda e consumo, foram utilizadas funções logarítmicas, de modo que se pudesse observar variações percentuais em seus coeficientes, o que permite maiores inferências no momento de realizar determinadas interpretações.

Sobre as variáveis categóricas, salienta-se que houve a necessidade de maior atenção e cautela no tratamento dessas, quando na construção dos modelos. De acordo com Yamamoto (2015), considera-se uma variável categórica, também conhecida como variável qualitativa, aquela que representa a classificação dos indivíduos, ou seja, se pertence ou não a determinado conjunto. Logo, essas variáveis são um importante recurso na estatística, no momento em que são observadas as questões de classificação e categorização. Para isso, identifica-se as categorias a serem utilizadas, sendo necessária a escolha de uma que seja a base a ser comparada às demais.

No caso das questões de raça/cor, foi feita uma classificação e agrupamento da amostra, sendo esta, uma categoria já utilizada pelo dicionário de variáveis do IBGE. Para esta variável utilizou-se como base a raça/cor branca, de modo que as análises subsequentes pudessem ser realizadas em comparação a esse grupo.

Para a variável região, também considerada uma variável categórica, como categoria base, utilizou-se a região sudeste. Salienta-se que a variável situação censitária também foi disposta como categórica, por classificar os domicílios em urbano ou rural, de modo que a categoria base utilizada fossem os domicílios rurais. A variável categórica plano de saúde, teve como categoria base não possuir planos de saúde e, no que tange a variável taxa de alfabetização - se o residente no domicílio sabe ler e escrever -, como categoria base, optou-se por utilizar a referência não saber ler e escrever.

Logo, chegou-se então a um único modelo de regressão linear múltipla (modelo 7), que tem como variável dependente o nível de gastos com o consumo alimentar, e como variáveis independentes, renda, idade, raça/cor, região, situação censitária, taxa de alfabetização, total de filhos e plano de saúde. Desse modo, poderão ser obtidos resultados através da interpretação de seus coeficientes.

4.6. Limitações do Método

Sobre as limitações dos procedimentos metodológicos, pode-se destacar a impossibilidade de correlacionar todas as variáveis existentes, dada a riqueza de teorias e assuntos que compreendem a temática da monoparentalidade feminina, principalmente por não

dispor de tempo hábil para tratar todos os dados e executar a análise. Assim, nesse caso, somente as principais variáveis poderão ser destacadas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Caracterização do Perfil Socioeconômico dos domicílios monoparentais femininos

Diante dos objetivos específicos propostos nesse trabalho, apresentam-se os resultados que possibilitaram a caracterização socioeconômica dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres. O primeiro resultado, a partir da tabela 3, apresenta a distribuição dos domicílios monoparentais femininos no Brasil e nas demais regiões; além desses dados, é possível observar informações referentes ao nível de renda desses domicílios, nacional e regionalmente.

Tabela 3- Distribuição dos domicílios monoparentais femininos por regiões e renda média - Brasil 2017/2018.

	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Domicílios Monoparentais Femininos	7,95%	41%	12,4%	10,9%	10,5%	25%
Renda média	R\$ 3.508,01	R\$ 2.787,00	R\$ 3.130,00	R\$ 4.116,00	R\$ 4.775,00	R\$ 5.231,00
Percentual de domicílios monoparentais femininos com renda abaixo de R\$1000,00	35%	30,85%	22,33%	15,96%	12,29%	18,55%
Percentual de domicílios monoparentais femininos com renda acima de R\$5000,00	17%	14,44%	15,77%	21,44%	23,44%	24,8%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 3, observando as diferentes regiões do país, constatou-se que a região com maior presença de domicílios monoparentais femininos é a região Nordeste, representando 41%; em seguida a região Sudeste com 25,2% e a região Norte com 12,4%. Nas demais regiões observa-se certa similaridade; como nas regiões Centro-Oeste e Sul, que apresentaram uma totalidade de domicílios monoparentais femininos de aproximadamente 10%

ou, de maneira mais específica, 10,9% e 10,5%, respectivamente. No que concerne a maior expressividade de domicílios monoparentais femininos na região Nordeste, Ribeiro (2018) destaca que ao analisar a situação das mães gestantes, há uma significativa expressividade na quantidade de mães solo. O autor ainda elucida que nesse contexto, e em muitos casos, se tornam presentes determinadas precariedades socioeconômicas, consideradas preocupantes.

Woortmann e Woortman (2004), em seus estudos antropológicos, afirmam que a presença de domicílios monoparentais femininos no Nordeste remontam o processo de desenvolvimento histórico-social e econômico da região, desde a era colonial, em que a sociedade era majoritariamente rural e que, mediante situações de rupturas em casamentos, principalmente através da viuvez, não era comum a realização de novos matrimônios, de forma que as mulheres acabavam por assumir a posição de “mãe de família”, ainda que sobre a “tutela” de uma figura patriarcal, como pai, avô, tio, irmão. Assim, pode-se inferir que o quadro histórico-social pode ter contribuído para uma expressiva presença de domicílios monoparentais femininos na atualidade.

Os mesmos autores ainda destacam que, além dessas situações de rupturas, dadas as questões sociais da época, havia mulheres que engravidavam e não recebiam nenhum apoio do homem, estas eram abandonadas e, em muitos casos, marginalizadas perante a sociedade. Eles ainda alertam para o fato de que havia um amplo fluxo migratório de homens para outras regiões, como as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, seja para o trabalho no garimpo, construção civil ou por outros motivos, que na maioria das vezes eram justificados pela busca de novas oportunidades.

Costa e Marra (2013) também ressaltam uma considerável tendência ao aumento da monoparentalidade no país, destacando a região Nordeste como o espaço onde mais se expande a participação das mulheres enquanto únicas responsáveis pelo domicílio, evidenciando o local como o território que possui o maior percentual desse arranjo.

Novamente sobre a Tabela 1, tratando-se do nível de renda dos domicílios monoparentais, e analisando a média dos rendimentos totais dos domicílios por região, observa-se uma significativa discrepância regional, uma vez que a região com a maior média de renda foi identificada como a região Sudeste, com uma renda de aproximadamente R\$ 5.231,00, enquanto a região Nordeste apresentou uma renda em torno de R\$ 2.787,00. O Norte apresentou a segunda menor renda média entre os domicílios monoparentais femininos; ou seja, tanto o Norte quanto o Nordeste estão abaixo da média nacional, se comparados às demais regiões.

De acordo com Araújo e Flores (2017) existe um distanciamento das regiões Norte e Nordeste frente aos territórios com menor concentração de pobreza. Para o autor, ainda que o Brasil como um todo tenha passado por um processo de crescimento econômico nos últimos 20 anos, reduzindo distanciamentos socioeconômicos, a concentração da pobreza nas regiões mais vulneráveis aumentou, em comparação às demais localidades.

Sobre outros dados da pesquisa, também referentes a renda, constatou-se que 35% das mães, nos domicílios monoparentais femininos, recebem rendimentos abaixo de R\$1.000,00, sendo a única fonte de renda da residência; portanto, esse fato permite discorrer sobre possíveis situações de vulnerabilidade em que esses lares, no contexto citado, podem estar inseridos.

Além disso, do total de domicílios analisados, apenas 17% possuem rendimentos acima de R\$5000,00. Barbosa (2018) infere que sobre renda e remuneração existe uma expressiva parcela de mães solo, chefes de domicílios, que se encontram categorizadas no grupo dos que recebem até um salário mínimo, ou que não possuem nenhum rendimento. Em suma, a autora destaca que das mulheres que recebiam valor acima desse patamar, grande parte foram identificadas como viúvas, divorciadas ou com algum emprego estável.

De acordo com Batista e Costa (2019), ainda que a monoparentalidade feminina esteja associada à lógica do empoderamento e autogestão, ela também traz consigo um conjunto de situações as quais ampliam determinadas desvantagens, tratando-se inclusive dos níveis de remuneração no trabalho. Segundo as autoras, em 2015, 18,5% das mulheres responsáveis pelo domicílio recebiam até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, frente a 7,1% dos homens que se encontravam na mesma situação.

Fontes (2015) destaca que a monoparentalidade feminina se faz presente nas expressões de fragilidade econômica, as quais podem ser entendidas como resultado do ciclo de vida em que determinadas mulheres, enquanto única responsável do domicílio, se encontram. A autora destaca que dada a existência de diferentes contextos, podem existir mães solo que ainda não foram inseridas no mercado de trabalho, ou que buscam alternativas econômicas mais autônomas e flexíveis, dadas as demandas conflitantes de cuidado dos filhos ainda pequenos e do trabalho fora de casa.

A seguir, na tabela 4, são apresentados dados referentes ao nível de gastos com o consumo alimentar dos domicílios monoparentais femininos, nacional e regionalmente.

Tabela 4 - Nível de gastos com o consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres – Brasil 2017/2018.

Nível de Gastos	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Média de gastos	R\$ 347,36	R\$ 342,00	R\$ 296,08	R\$ 373,74	R\$ 381,96	R\$ 380,68
Acima de R\$ 600,00	17,4%	15%	12,8%	20,49%	26,04%	19,63%
Entre R\$ 600,00 e R\$ 400,00	11,27%	13,7%	10,31%	11,59%	12,7%	10,85%
Entre R\$ 399,00 e R\$ 240,00	7,91%	8,37%	7,4%	18,01%	8,34%	7,49%
Entre R\$ 239,00 e R\$ 200,00	17,76%	19,02%	18,14%	14,49%	15,7%	18,77%
Entre R\$ 199,00 e R\$ 120,00	16,48%	15,18%	17,14%	15,32%	14,71%	17,31%
Abaixo de R\$ 120,00	29,5%	28,62%	34,17%	28,15%	22,46%	25,9%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

*Os valores são referentes ao gasto mensal.

A partir da tabela 4, observa-se que as regiões Sul e Sudeste destacam-se como aquelas onde há maior média de gastos com consumo alimentar, sendo de R\$ 380,68 e R\$ 381,96, respectivamente. Salienta-se que as duas regiões possuem valores semelhantes, acima da média nacional, situação que ocorre de forma inversa quando observada as regiões Norte e Nordeste.

De acordo com Santos et al. (2018), é notório o entendimento de que o Brasil é marcado historicamente por traços de desigualdade regional, de modo que as regiões Sul e Sudeste, além do Centro-Oeste, se destacam como as mais ricas do País. Os autores ainda afirmam que essa realidade pode ser identificada através de outros indicadores de possíveis precariedades, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que pode identificar impactos prováveis na qualidade de vida dos indivíduos de diversas localidades, além de indicar, inclusive, a quantidade de recursos disponíveis na aquisição de bens necessários para a sobrevivência, dentre eles os produtos alimentícios.

Além da média de gastos com consumo alimentar, a partir da tabela 4, é possível identificar o percentual de domicílios que se enquadram em determinadas faixas de consumo, e a partir desses dados observa-se o expressivo percentual de domicílios monoparentais referenciados por mulheres, categorizados como aqueles que possuem gastos com o consumo alimentar abaixo de R\$ 120,00 mensais. Esse grupo representa 29,5% dos domicílios, podendo chegar a 34,17% na região Nordeste.

De acordo com Melo (2019), ao analisar o consumo dos arranjos domiciliares, grande parte dos domicílios monoparentais femininos declararam ser insuficiente a quantidade disponível de alimentos para o consumo. Para a autora, essa debilidade relativa à alimentação está associada a inúmeros fatores socioeconômicos, dentre eles o nível de renda, quando se trata, especificamente, da dificuldade dos rendimentos durarem até o final do mês e do preço médio de uma cesta básica.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2021), considera-se uma cesta básica aquela que possui 13 itens alimentícios básicos (conforme a Lei nº 399 de 30 de abril de 1938), ou seja, itens disponíveis em quantidade suficiente para a sobrevivência e manutenção alimentar de um indivíduo no decorrer do mês. A partir da Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos de 2021, realizada pelo Dieese, constatou-se que o preço médio de uma cesta básica de alimentos, nos padrões estabelecidos, é de aproximadamente R\$ 445,90, em capitais do Nordeste como Aracaju, podendo chegar a R\$ 639,47 nas capitais da região Sudeste, como por exemplo em São Paulo.

Ressalta-se que as cestas básicas, amplamente comercializadas em supermercados, ainda que mais simples e com preços mais baixos, não correspondem ao padrão indicado pelo órgão competente. A partir desses fatos, e observando as faixas de gastos com consumo alimentar dos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, pode-se inferir que grande parte dos domicílios tendem a viver precariamente, tratando-se da alimentação, uma vez que seus gastos alimentares não conseguem sequer adquirir uma cesta básica dentro dos moldes estabelecidos.

Compreende-se que a cesta básica considerada “ideal” é mais completa do que as comercializadas nos supermercados, o que faz com que seu valor seja mais elevado. Todavia, aqueles que se encontram categorizados na faixa de gastos abaixo de R\$ 120,00 mensais, em tese, sequer conseguem adquirir a cesta mais simples vendida nos supermercados, ou quando adquirem acabam necessitando de mais de uma, levando em consideração a quantidade de produtos frente o número de moradores de um domicílio. Em suma, percebe-se que alguns domicílios encontram-se impossibilitados de obter produtos básicos necessários à sobrevivência e manutenção da qualidade de vida.

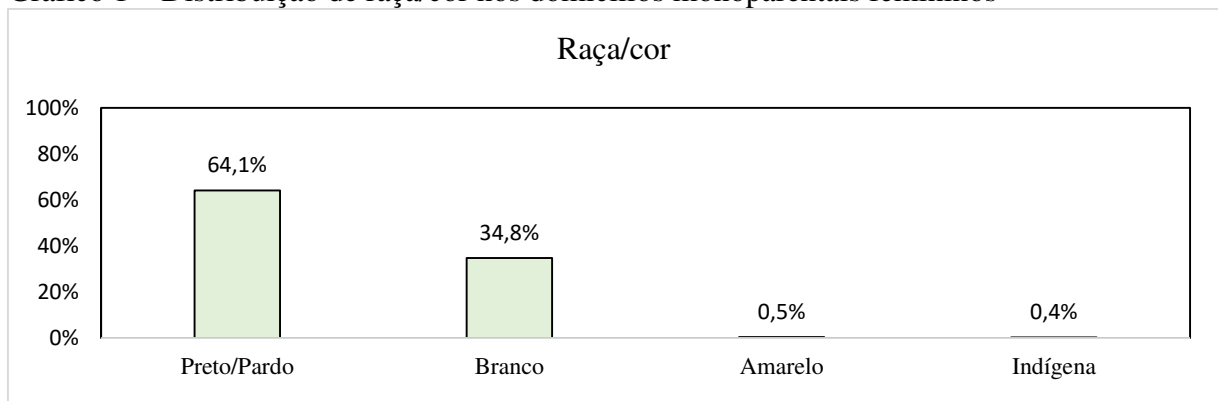
Segundo Rodrigues (2014), a medida que a aquisição de produtos alimentícios torna-se mais restrita, diante da limitação da quantidade de recursos disponível, uma tendência à diminuição da qualidade de vida da população ocorre, já que as famílias passam a se privar de

outros gastos para satisfazerem as necessidades básicas, dentre elas a alimentação, conforme ressaltado.

Em relação ao nível de gasto alimentar acima de R\$ 600,00 mensais, observa-se que no Brasil 17,4% dos domicílios monoparentais femininos encontram-se nessa categoria. Ademais, salienta-se que esse percentual é bastante próximo dos que possuem uma renda média acima de R\$ 5000,00, representando 17% dos domicílios. Este fato confirma que dentre os domicílios monoparentais femininos, somente uma pequena parcela encontra-se com melhor nível de renda e de gastos com consumo alimentar. Por outro lado, ainda que estes domicílios estejam presentes em percentuais reduzidos, Oliveira (2020) confirma a prevalência expressiva das residências monoparentais chefiadas por mulheres em condições precárias, relacionadas à moradia, alimentação e acesso a bens culturais e socioeconômicos.

A seguir, podem ser observadas informações referentes a configuração étnico-racial dos domicílios monoparentais femininos.

Gráfico 1 – Distribuição de raça/cor nos domicílios monoparentais femininos



Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Sobre os aspectos de raça/cor, de acordo o Gráfico 1, foi observado que, nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, 64,1% se declararam pretos ou pardos, 34,8% brancos; 0,5% amarelos e 0,4% indígenas.

Geabra (2014) destaca ainda que a monoparentalidade feminina, marcada pela desigualdade de gênero, aporta uma segunda desigualdade pertinente à raça/cor; isto é, em muitos casos existe o agravamento de determinadas precariedades devido aos aspectos de discriminação e preconceito racial. Além disso, a autora também destaca uma forte presença de mães pretas ou pardas em domicílios monoparentais, expressando, assim, maior necessidade de entendimento sobre as dimensões que envolvem este contexto.

Para Babiuk (2017) a velocidade com que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres pretas ou pardas crescem em número, chega a ser quase 2 vezes maior se

comparado aos domicílios referenciados por mulheres auto identificadas brancas, o que reforça a ideia de maior representatividade racial nessa tipologia domiciliar.

Logo abaixo apresentam-se informações referentes a faixa etária das mães, provenientes dos domicílios monoparentais femininos, e de seus respectivos filhos com idade entre 0 e 14 anos.

Tabela 5- Faixa etária das mães e proporção de filhos com idade de até 14 anos em relação aos demais filhos – Brasil 2017/2018

Faixa Etária	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Até 25 anos	2,42%	3,31%	2,86%	2,51%	2,56%	1,66%
26 a 35 anos	13,19%	13,22%	15,52%	12,26%	10,9%	11,75%
36 a 45 anos	22,41%	25,12%	25,31%	28,81%	22,8%	20,45%
46 a 55 anos	24,17%	24,66%	22,78%	25%	25,6%	25,25%
55 a 65 anos	13,88%	15,14%	14,03%	15,3%	19,9%	19,71%
Acima de 65 anos	18,97%	18,5%	10,30%	15,49%	16,6%	20,97%
Média de idade	50 anos	50 anos	47 anos	49 anos	50 anos	52 anos
Filhos com até 14 anos	36,32%	36,3%	41,7%	35,1%	35,2%	33,3%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Analisando a Tabela 5 e os dados referentes à faixa etária das mães que são referências dos domicílios, observou-se que a média nacional é de aproximadamente 50 anos, utilizando a dinâmica de uma média simples. Ressalta-se também que não houve significativa discrepância na média de idade entre as mães das demais regiões e, dessa forma, pode-se constatar que existe uma tendência, desse específico arranjo, a ser disposto em faixas de idade mais elevadas.

Uma vez observada essa faixa etária mais elevada, pode-se inferir que ao analisar somente domicílios monoparentais femininos, compostos exclusivamente por mães e seus respectivos filhos, torna-se mais frequente a presença de mulheres que administram seus próprios recursos, que possuem trajetórias associadas à garantia da sobrevivência e autossuficiência. São mulheres que ao longo da vida, além da obtenção de alguma forma de rendimento, conseguiram constituir um domicílio e formar uma família, fator que deduz uma idade mais elevada.

Para Alves e Cavenaghi (2018), este fenômeno está associado à independência da mulher, à autonomia e capacidade de obtenção dos próprios recursos que, por sua vez, implica em gravidezes e constituição de domicílios tardios. Por outro lado, as autoras também elucidam que as residências em que há presença de mães mais jovens, tendem a ser mais notáveis em

lares com outras configurações domiciliares, como os domicílios estendidos ou compostos, em que a jovem mãe pode conviver com seus pais, irmãos e outros parentes. De modo geral, pode-se afirmar que a existência de domicílios monoparentais femininos em faixas etárias mais elevadas, acompanham o processo de envelhecimento populacional, inclusive para as mulheres, diante de rupturas como divórcios e viuvez.

Sobre as faixas de idades mais elevadas, observando a Tabela 5, nota-se uma expressiva presença de mães com idade acima de 65 anos. Segundo Barreto (2016), a monoparentalidade feminina, no decorrer dos anos, tem sido estigmatizada graças a determinadas práticas sociais, que existiram inclusive em décadas anteriores, em que a figura feminina era limitada, com dogmas a respeito do casamento e nascimento de filhos. No intuito de ilustrar um paradoxo, ressalta-se que grande parte dessas mulheres acima de 65 anos viveram nesse tempo, em que determinadas configurações familiares eram mais estigmatizadas e, ainda assim, hoje se fazem presentes compondo a tipologia domiciliar.

Em resumo, entende-se que a monoparentalidade feminina, conforme já elucidado, é um arranjo que pode existir a partir de inúmeras trajetórias e situações, como separações e viuvez, bastante comum em domicílios com mulheres em idade mais avançada, que outrora casaram-se “cedo”. De acordo com Melo (2016), ao estudar os arranjos domiciliares compostos por idosos no Brasil, evidenciou-se que o segundo arranjo mais representativo é o monoparental feminino. A autora ainda reafirma a ideia, dita anteriormente, de que essa característica pode ser configurada devido a ocorrência de separações e viuvez, recorrentes em faixas etárias mais longevas.

Contudo, pode-se inferir que, se a média das idades acompanham certa uniformidade entre regiões, a partir da Tabela 5, é possível notar significativa mudança no que tange a distribuição de domicílios monoparentais com mães em idade abaixo dos 25 anos; isto é, analisando a distribuição de domicílios com mães jovens e adolescentes, observa-se algumas nuances de disparidades regionais.

Sobre este traço - de disparidades regionais -, ao se tratar da faixa etária das mães, nota-se que no Norte, região com a menor média de idade, 2,86% dos domicílios são referenciados por mães que possuem até 25 anos; no Nordeste esse valor passa para 3,31%. As regiões Sul e Centro-Oeste obtiveram números semelhantes, sendo 2,56% e 2,51%, respectivamente, destacando-se, então, a região Sudeste com o menor valor de 1,66%. Estas informações denotam outra disparidade: que as regiões mais distantes dos grandes centros possuem maior taxa de domicílios monoparentais com mães jovens e adolescentes.

De acordo com Paiva et.al (2020), em sua pesquisa sobre a gravidez na adolescência, o Norte foi considerado a segunda região em maior número de gestação de mulheres ainda jovens, além disso, salienta-se que os nascimentos nessa faixa etária tendem a acompanhar e, ao mesmo tempo, incidir sobre os níveis de escolaridade e capacitação dessas mães.

Analisando as demais faixas de idade, pode-se observar que há certa expressividade de mulheres entre os 25 e 35 anos, e 40 e 45 anos, inclusive no Norte e Nordeste. À medida que essas faixas vão avançando, as regiões Sul e Sudeste acabam se tornando mais significativas. Bhering e Fontes (2017) destacam que em relação à idade das pessoas que são referências no domicílio, existe uma notoriedade na quantidade de mães que estão na faixa etária acima dos 40 anos, o que também pode implicar na quantidade de filhos e na faixa etária destes.

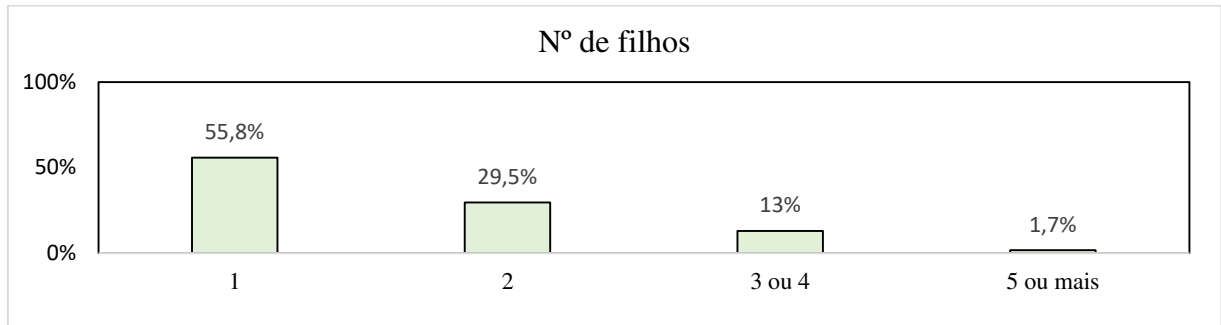
Ainda sobre a Tabela 5, no que diz respeito a idade da prole, considerou-se especificamente a proporção dos que tinham idade entre 0 e 14 anos, em relação aos demais filhos; assim, observou-se que a região Norte é a que mais possui crianças nessa faixa etária, contabilizando 41,7%, além disso, analisando as demais regiões, identificou-se certo padrão entre 30% e 35%.

De acordo com Cavenaghi e Alves (2018), os domicílios em que se configuram a monoparentalidade feminina e a presença de crianças, tendem a ser vulneráveis. A autora ainda enfatiza que muitas mães, principalmente as mais jovens, com filhos nessa faixa etária, entre 0 e 14 anos, tendem a encontrar dificuldades na capacitação, escolarização, em virtude do conflito entre cuidar dos filhos e exercer atividades remuneradas, além de cuidar da casa, tornando mais complexo o rompimento com o ciclo intergeracional da pobreza.

Desta forma, entende-se que ao tratar de temas referentes à monoparentalidade feminina, faz-se importante não somente observar as faixas etárias das mães, mas também a idade dos filhos, uma vez que a trajetória, o ciclo de vida e a dinâmica do domicílio tendem a mudar à medida que os filhos crescem.

A seguir será apresentado o Gráfico 2, que retrata em termos percentuais o número de filhos existentes nos domicílios monoparentais femininos. Assim, inferências poderão ser feitas sobre o tamanho dos domicílios monoparentais, mediante a quantidade de filhos que tende a compor determinado domicílio.

Gráfico 2 - Distribuição percentual do número de filhos, nos domicílios monoparentais femininos.



Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Sobre a quantidade de filhos, de acordo com o gráfico 2, pode-se destacar que nacionalmente 55,8 % das mães, chefes dos domicílios monoparentais, possuem 1 filho; 29,5% 2 filhos; 13% entre 3 e 4 filhos e 1,7% 5 filhos ou mais. Nota-se que, atualmente, as famílias monoparentais femininas configuram-se a partir da quantidade da prole, e que grande parte destas mulheres possui entre 1 ou 2 filhos.

De acordo com Miranda et.al (2019), as mulheres têm, cada vez mais, optado pela menor quantidade de filhos, além de postergar a gravidez. Os autores afirmam que este cenário é propenso a ser cada vez mais presente, devido às novas realidades e situações como a liberdade sexual frente aos inúmeros métodos contraceptivos, além da busca por obtenção de uma carreira e estabilidade socioeconômica.

Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam a importância de se considerar que no Brasil a taxa de fecundidade está em queda desde 1965, de forma que em 2010 constatou-se uma taxa de 1,9 filho por mulher. Além disso, os autores enfatizam que esta queda na taxa de fecundidade iniciou-se antecipadamente em regiões como Sudeste e Sul, onde se tornou mais comum a existência de casais sem filhos e arranjos unipessoais, ao mesmo tempo em que a monoparentalidade tornou-se mais presente no Nordeste.

Em síntese, Cavenaghi e Alves (2018) apontam que a medida em que se observa o número de domicílios crescendo mais rápido que a própria população do país, nota-se que o tamanho médio das famílias que compõem cada unidade doméstica tende a diminuir, dando lugar a agrupamentos compostos por mãe e 1 ou 2 filhos, por exemplo. Portanto, reforça-se a ideia de que este efeito ocorre paralelo ao crescimento dos domicílios monoparentais, de modo que se evidencia a redução na densidade dos mesmos.

Sobre questões referentes ao nível de escolaridade das mães e dos filhos dos domicílios monoparentais femininos, foram analisados dados referentes à taxa de alfabetização, ou seja, se a pessoa que reside em determinado domicílio sabe ou não ler e escrever.

Tabela 6- Taxa de alfabetização de mães e filhos, dos domicílios monoparentais femininos - Brasil 2017/2018.

Alfabetizado ou não	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Mães alfabetizadas	87,7%	81,1%	87,4%	93,4%	93,6%	93,8%
Mães não alfabetizadas	12,3%	18,9%	12,6%	6,6%	6,4	6,2%
Filhos alfabetizados	83,9%	81,6%	81,9%	87%	85%	87,4%
Filhos não alfabetizados	16,1%	18,4%	18,1%	13%	15%	12,6%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 6, no Brasil 87,7% das mães em domicílios monoparentais sabem ler e escrever, frente a 12,3% que declararam não saber. Já, em relação aos filhos, 83,9% sabem ler e escrever, diante de 16,1% que não sabem.

Ressalta-se ainda que, essa diferença entre a taxa de alfabetização das mães comparada a dos filhos foi observada em todas as regiões, ou seja, conclui-se que em todo o país o analfabetismo é mais presente entre os filhos, que residem nos domicílios monoparentais femininos, que entre as mães. Este fato, segundo Cavenaghi e Alves (2018), reforça a ideia de que em determinados lares, dados alguns contextos, o ciclo intergeracional da pobreza tende a ser mais presente e resistente, incidindo sobre outras variáveis socioeconômicas como a educação dos filhos.

Em relação às regiões, o Sul e Sudeste destacam-se por seus melhores índices de alfabetização, tanto entre as mães como entre os filhos. Esta configuração se modifica quando observado o Nordeste, onde 18,4% das crianças em domicílios monoparental femininos não sabem ler e escrever, situação semelhante ao Norte, onde 18,1% das crianças encontram-se na mesma situação.

Scott (2004) elucida que o analfabetismo está associado, em grande parte, a outros indicadores socioeconômicos, como nível de renda e acesso a bens de serviços, e que além disso, a carência no domínio das letras acaba sendo um limitante quando há oportunidade de exercerem atividades empregatícias, muitas vezes melhor remuneradas, além de ser um fator determinante da exclusão social. A autora ainda destaca a notoriedade dos dados referentes aos índices de alfabetização do Norte e Nordeste.

Sobre o analfabetismo entre as crianças e jovens, Maia (2015) destaca que muitos deles, inclusive em domicílios monoparentais, passam a enxergar o trabalho como garantia de melhoria das condições de vida de seus familiares, através da obtenção de recursos para o domicílio, como complementação da renda das mães. Assim, as crianças acabam sendo direcionadas às atividades remuneradas em detrimento aos estudos e à capacitação. Contudo,

ressalta-se que ainda que esta circunstância possibilite que a criança/jovem possua alguns rendimentos, este(a) não consegue se qualificar para trabalhos posteriores, o que ampliaria seu horizonte, modificando sua trajetória de vida, deixando de reforçar o ciclo intergeracional da pobreza.

Tabela 7- Escolaridade das mães e filhos, referente aos domicílios monoparentais femininos-Brasil 2017/2018.

Mãe/Filhos	Média de anos de estudo	Possui Graduação concluída ou em andamento	Não possui Graduação concluída ou em andamento
Mães	8,2 anos	14,74%	85,26%
Filhos	7,5 anos	5,69%	94,31%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 7, sobre a média relativa aos anos de estudo, a nível nacional, observou-se que no Brasil as mães em domicílios monoparentais estudaram cerca de 8,2 anos, enquanto os filhos 7,5 anos. Salles et al. (2018) destacam que de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional) o ensino fundamental, considerado imprescindível para a alfabetização e alcance de outros níveis de escolaridade, necessita de 9 anos para sua conclusão. Portanto, observa-se que sobre a média dos anos de estudo, grande parte das mães e filhos, em contextos de monoparentalidade feminina, não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Ainda sobre a Tabela 7, apurou-se que dos domicílios monoparentais femininos somente 5,69% dos filhos possuíam graduação concluída ou em andamento. Importante destacar que, sobre essa variável foram considerados somente filhos em idade acima dos 16 anos, faixa etária correspondente ao segmento “graduação”. Todavia, esse resultado acompanha outros que também envolvem a educação, como a relação do acesso escolar entre os filhos e as mães.

Dando continuidade à questão educacional, averiguou-se que 14,74% das mães possuíam algum tipo de formação superior ou graduação, frente a 85,26% que não possuíam. Estes dados reforçam a ideia de que o contexto da monoparentalidade feminina também é marcado por disparidade educacionais.

A seguir, a partir da tabela 8, é possível observar o percentual de mães e filhos que possuíam ou não planos de saúde.

Tabela 8- Distribuição percentual de mães e filhos que possuem ou não planos de saúde- Brasil 2017/2018.

Mãe/Filhos	Possui plano de saúde	Não possui plano de saúde
Mães	19,44%	80,56%
Filhos	16,98%	83,02%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 8, observou-se que 19,44% das mães e 16,98% dos filhos possuíam planos de saúde privado, o que denota certa discrepância entre este percentual. No entanto, é possível inferir que parte dessas mães - que tinham plano de saúde privado - possivelmente estavam inseridas em algum trabalho ou vínculo empregatício que garantisse plano individual ou algum convênio semelhante.

De modo geral, conclui-se que a totalidade de indivíduos, no contexto da monoparentalidade feminina, não possuía nenhum tipo de plano ou convênio particular. Ou seja, grande parte das pessoas nesses domicílios dependiam exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde), como a principal instituição de assistência e amparo à saúde.

Sobre este fato, Cunha (2019) elucida que a adesão ou não a um sistema de planos de saúde particular está associada a diferentes níveis socioeconômicos, especialmente às formas de renda e vínculos empregatícios. O autor ainda destaca que, os indivíduos que exercem atividades remuneradas em certas instituições privadas ou públicas tendem a aderir a esse sistema de saúde privado, quando há possibilidade de convênios, parcerias, sistemas de cooperativismo empresarial, dentre outros.

Tabela 9 - Situação censitária dos domicílios monoparentais femininos - Brasil 2017/2018.

Urbano/Rural	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Urbano	85,53%	86,9%	82,7%	86,9%	89,6%	90,9%
Rural	14,7%	13,1%	17,3%	13,1%	10,4%	9,1%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 9, sobre os dados censitários no Brasil, 85,53% dos domicílios monoparentais, referenciados por mulheres são localizados em áreas urbanas, e 14,7% em áreas rurais. Quanto às questões regionais, observa-se que o local com maior frequência de domicílios monoparentais em área rural é a região Norte, onde há 82,7% dos domicílios em áreas urbanas e 17,3% em áreas rurais. O Nordeste possui 86,9% dos domicílios monoparentais em áreas urbanas e 13,1% em áreas rurais, sendo estes indicadores idênticos aos da região Centro-Oeste. Já as demais regiões concentram maior porcentagem de domicílios em áreas urbanas.

De acordo com Cavenaghi e Alves (2018), pode-se notar um incremento da monoparentalidade em áreas rurais, mais evidente no Norte, que concentra o maior número destes domicílios, devido à extensão dos estados desta região e à elevada quantidade de distritos e áreas rurais, onde é bastante expressiva a dificuldade de acesso de um ponto ao outro na região.

5.2. Impacto das variáveis socioeconômicas sobre o nível de gastos com o consumo alimentar nos arranjos domiciliares monoparentais

A seguir, a partir da tabela 10, apresentam-se os modelos desenvolvidos e o comportamento das variáveis socioeconômicas, que mostram informações referentes ao número de observações e R^2 dos respectivos modelos, além dos coeficientes e P-valores das variáveis analisadas.

Os modelos foram condensados em uma só tabela, no intuito de demonstrar a estabilidade e rigor dos mesmos, diante da pouca oscilação de alguns valores a serem elucidados. Antes de analisar algumas informações sobre os modelos e as variáveis socioeconômicas, é necessário que se faça a discussão de alguns parâmetros e conceitos utilizados como base, para a análise dos resultados nessa seção de estatística inferencial.

Na tabela 10 é possível observar informações referentes ao número de observações e R^2 *squared* de cada modelo, além dos coeficientes e P-valores de cada variável utilizada. A importância em destacar o número de observações deve-se ao intuito de ilustrar que, durante a construção de cada modelo, este valor foi pouco alterado, denotando a ideia de que mesmo com o acréscimo de outras variáveis, ele permaneceu consistente, sofrendo poucas alterações.

Ressalta-se que a mínima diferença observada entre o modelo 1 e os demais modelos, deve-se ao fato de que os entrevistados pelo IBGE não responderam determinadas perguntas, ou não concederam algumas informações, situação completamente corriqueira, tratando-se de uma pesquisa que tem amplitude nacional.

Sobre o R^2 *Squared*, também conhecido como coeficiente de determinação, Matos (2000) elucida que este é um índice estatístico, que permite mensurar o quanto as variáveis estão alinhadas à regressão, ou seja, o quanto aquelas variáveis podem explicar o modelo em si. Em suma, esse índice possibilita observar o quanto aquele modelo atende àquilo que se procura investigar, diante da relação das variáveis independentes (variáveis socioeconômicas) com a variável dependente (nível de gastos com o consumo alimentar). O autor ainda afirma que esse valor está aproximadamente entre 0 e 1, de forma que, quanto mais próximo de 1 melhor explicativo se torna o modelo, ou seja, melhor ele se ajusta à amostra.

Dessa forma, após o esclarecimento desse índice, pode-se inferir que durante a construção dos modelos, à medida que outras variáveis foram adicionadas, o coeficiente de determinação, gradualmente, se aproximava do número 1, fator que mais uma vez evidencia a estabilidade dos modelos desenvolvidos, e destaca a importância do conjunto de variáveis utilizadas na análise.

Os coeficientes das variáveis representam o grau de impacto que as independentes exercem sobre a dependente, de modo que é possível observar possíveis aumentos ou diminuições de acordo com o sinal desses valores. Ressalta-se que, conforme descrito na metodologia, algumas variáveis foram transformadas na função \ln , de modo que fosse possível observar alterações percentuais, principalmente no que tange a variável renda e nível de gastos com o consumo alimentar. Em suma, a título de exemplificação, observa-se no modelo 1 a variável renda, que possui o coeficiente de 0,3970; nesse caso, a interpretação a ser realizada seria: que o aumento de 1% no nível de renda aumenta em 0,3970% o nível de gastos com o consumo alimentar.

Ainda sobre as variáveis socioeconômicas, na tabela 2 também são apresentados os P-valores. De acordo com Barrios e Marecos (2018), considera-se o P-valor um índice econométrico associado aos coeficientes das variáveis contidas no modelo que, por sua vez, possibilita identificar o grau de significância das variáveis, proporcionando a realização de interpretações verídicas e concisas a respeito daquilo que se pretende analisar. Para os autores, esse índice pode ser considerado estatisticamente significativo a partir de valores entre 0% e 0,05%, de modo que acima de 0,05% não são considerados significativos, sendo improvável a realização de maiores inferências a respeito de determinada variável.

Assim, ao observar a evolução das variáveis do modelo, torna-se também relevante a observação de seus p-valores, de modo que, uma vez pouco alterados e estatisticamente significativos, os mesmos podem reforçar a estabilidade dos modelos desenvolvidos.

Sobre a variável dependente - nível de gastos com o consumo alimentar - o coeficiente apresentado, nesse caso, refere-se ao angular da regressão apresentada, ou seja, ilustra o ângulo de inclinação da reta que melhor representa os modelos, importante sua observação durante o incremento de outras variáveis. Nesse caso, a variável nível de gastos acaba sendo mais um suporte na observação do comportamento das demais variáveis, entre si, durante a construção do modelo.

Após a apresentação de alguns índices e parâmetros utilizados, a partir da tabela 10, serão realizadas algumas análises referentes às variáveis socioeconômicas utilizadas, observando seu comportamento durante a evolução de um modelo para o outro, destacando o seu coeficiente e grau de significância, de modo que maiores interpretações possam ser realizadas.

Tabela 10 – Desenvolvimento dos modelos estatísticos

Variáveis	Modelos						
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Nº Observações	12257	12174	12174	12174	12174	12174	12174
R² Squared	0,907	0,910	0,0951	0,1016	0,1016	0,1021	0,1089
Renda							
Coeficiente	0,3970	0,4031	0,3888	0,3831	0,3828	0,3786	0,3588
P-Valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
G. Alimentar							
Coeficiente	0,8508	0,8350	1,023	1,0429	1,0402	1,0198	1,1545
P-Valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Idade							
Coeficiente	-	-0,0009	-0,0009	-0,0007	-0,0007	-0,0007	-0,0007
P-Valor	-	0,053	0,060	0,155	0,157	0,129	0,143
Raça/cor Preta							
Coeficiente	-	-	-0,1796	-0,1566	-0,1565	-0,1570	-0,1668
P-Valor	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Raça/cor Amarela							
Coeficiente	-	-	0,1742	0,1628	0,1625	0,1598	0,1659
P-Valor	-	-	0,184	0,219	0,221	0,229	0,212
Raça/cor Parda							
Coeficiente	-	-	-0,1133	-0,9994	-0,0997	-0,1009	-0,1106
P-Valor	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Raça/cor Indígena							
Coeficiente	-	-	0,4492	0,4352	0,4354	0,4451	0,4240
P-Valor	-	-	0,012	0,014	0,014	0,011	0,011
Sem declaração							
Coeficiente	-	-	-0,3457	-0,3311	-0,3309	-0,3275	-0,3150
P-Valor	-	-	0,093	0,111	0,111	0,117	0,127
Região Norte							
Coeficiente	-	-	-	0,1243	0,1846	0,1864	0,1660
P-Valor	-	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000
Região Nordeste							
Coeficiente	-	-	-	-0,693	-0,6929	-0,6539	-0,0673
P-Valor	-	-	-	0,008	0,008	0,013	0,010
Região Sul							
Coeficiente	-	-	-	0,1374	0,1377	0,1381	0,1539
P-Valor	-	-	-	0,000	0,000	0,000	0,000
Região Centro-Oeste							
Coeficiente	-	-	-	-0,0295	-0,2945	-0,0277	-0,0203
P-Valor	-	-	-	0,417	0,418	0,446	0,573
Situação Censitária							
Coeficiente	-	-	-	-	0,0054	-0,0004	0,0084
P-Valor	-	-	-	-	0,856	0,999	0,781
Taxa de Alfabetização							
Coeficiente	-	-	-	-	-	0,0680	0,0698
P-Valor	-	-	-	-	-	0,021	0,021
Total de filhos							
Coeficiente	-	-	-	-	-	-	0,0840
P-Valor	-	-	-	-	-	-	0,017
Plano de saúde							
Coeficiente	-	-	-	-	-	-	-0,1094
P-Valor	-	-	-	-	-	-	0,000

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a variável nível de renda, observa-se que essa foi a primeira variável utilizada, contida inclusive no modelo 1. Sobre seu coeficiente, nota-se pouca alteração quando observado o mesmo valor em outros modelos, havendo mínima variação entre 0,3588 e 0,4031; ademais, tratando-se do grau de significância da variável (p-valor), é possível denotar que este índice e se manteve inalterado.

A partir dessas informações pode-se concluir que a variável renda denota uma significativa representatividade no modelo citado, de modo que seu coeficiente e grau de significância sofreram pouca alteração; essa informação, mais uma vez, evidencia a estabilidade dos modelos. Além disso, pode-se interpretar diante do modelo 7 - o mais completo, por sinal - que o aumento de 1% na renda daqueles que compõem os domicílios monoparentais femininos, tende a gerar o aumento de 0,3588% no nível de gastos com consumo alimentar.

Resumindo, observa-se que renda e nível de gastos estão diretamente ligados, mantendo uma relação positiva e dado possíveis incrementos à renda. Contudo, é possível destacar que aqueles que se encontram em situações precárias, no que tange o nível de renda, tendem a estar diante de maiores limitações, relativas à obtenção de produtos alimentares.

De acordo com Borges (2015), a escolha dos alimentos a serem consumidos tende a ser uma escolha complexa, em razão da influenciada de inúmeros fatores, como os sociais, culturais e econômicos, destacando-se o nível de renda dos indivíduos e o preço dos alimentos. Para a autora, domicílios com baixos rendimentos tendem a encontrar limitações na obtenção do que se entende como necessário para a manutenção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos. Além disso, ressalta-se que a vida nos centros urbanos tende a limitar a produção de alimentos no próprio domicílio, como por exemplo o hábito de cultivar hortas caseiras, restringindo, assim, a obtenção de produtos saudáveis, direcionando os indivíduos à necessidade de realizarem gastos na aquisição alimentar.

Em relação à variável nível de gastos com o consumo alimentar, ainda que denominada variável dependente de coeficiente angular, compreendeu-se a importância de observar o seu P-valor, devido ao fato de que o seu grau de significância permaneceu inalterado no valor de 0,00% ou seja, sendo extremamente significativo, mesmo com o incremento de outras variáveis socioeconômicas, à medida que os outros modelos eram implementados. Este fato reforça não só a ideia do rigor dos modelos apresentados como a expressiva força da variável independente, utilizada nos modelos.

Observa-se, no que se refere à variável idade, que a mesma foi inserida a partir do modelo 2, estando presente em todos os modelos subsequentes. Ainda que o seu coeficiente,

pouco expressivo em valores, tenha se mantido inalterado - de modelo para modelo - destaca-se que o seu grau de significância foi acima de 0,05% desde seu primeiro desenvolvimento, chegando a 0,143% no modelo 7, o que, por sua vez, faz com que essa variável não seja estatisticamente significativa para análise nos modelos apresentados, impossibilitando a realização de maiores inferências.

No que tange a variável raça/cor, observa-se que a cor preta teve seu grau de significância extremamente relevante (0,00%) e inalterado. Além disso, observa-se que o coeficiente desta variável sofreu pouca alteração, à medida que novos modelos foram implementados, oscilando entre -0,1565% e -0,1796%. Dessa forma, utilizando como base o modelo 7, pode-se inferir que o fato de ser autodeclarado preto tende a diminuir em 0,1668% o nível de gastos com o consumo alimentar, se comparado àqueles categorizados como brancos.

Segundo Freitas (2018), em seus estudos sobre comunidades afrodescendentes, é expressivo o número de pessoas que possuem baixo consumo alimentar, principalmente quando se considera a ingestão de alimentos frescos e de maior teor nutricional, em comparação a grupos étnico-sociais. Para o autor, estas características vêm acompanhadas de outros contextos de precariedade, como os baixos índices de capacitação e remuneração. Além disso, observa-se que determinadas precariedades e vulnerabilidades, principalmente sobre indicadores de renda e consumo, tendem a ser mais presentes em determinados grupos étnico-sociais, evidenciando traços de desigualdade social.

Sobre a raça/cor amarela observa-se que, embora seus coeficientes tenham sido pouco alterados de um modelo para o outro, no que tange seu grau de significância (p-valor), percebe-se que o mesmo possui valores acima de 0,05%, não sendo significativo para realização de maiores inferências. Outrossim, em relação a esta variável (raça/cor), observa-se que além da raça/cor preta foram estatisticamente significativas as categorias raça/cor parda e indígena.

Já, em referência à raça/cor parda, destaca-se que esta teve um comportamento semelhante à variável de raça/cor preta, de modo que foi possível identificar pouca alternância no coeficiente, pequena alteração no grau de significância, concluindo ser esta também estatisticamente significativa, também registrada com o sinal negativo. A respeito da interpretação desse resultado, entre aqueles que se autodeclararam pardos, observa-se a mesma tendência a maior presença de traços de vulnerabilidade socioeconômica. Logo, a partir desses dados, para fins interpretativos, observa-se que o fato de ser pardo, tende a diminuir em 0,1106% o nível de gastos com consumo alimentar se comparado àqueles que se autodeclararam como brancos.

De acordo com Diniz et.al (2016), em seus estudos sobre desigualdades sociodemográficas no Brasil, quando se trata dos contextos de vulnerabilidade social e econômica, nota-se uma prevalência de mulheres pretas ou pardas com baixos indicadores de renda, empregos fixos, limitado nível de consumo, além de maior dependência de assistência governamental, se comparado às mulheres brancas. Ressalta-se que estes grupos sociais, uma vez que denotam maior presença de baixo nível remuneratório, tendem a possuir menor quantidade de recurso disponível para o consumo dos mais variados produtos, como os alimentos, considerados básicos para a manutenção e sobrevivência.

No que tange a raça/cor indígena, observa-se que essa variável teve outro comportamento. Seu coeficiente sofreu pouca alteração durante o desenvolvimento dos modelos estatísticos, oscilando entre 0,4240% e 0,4492%, de modo que, no modelo 7, esse valor foi de 0,4240%. Nesse caso, pode-se inferir que o fato de ser indígena gera o aumento de 0,4240% no nível de gastos com o consumo alimentar, se comparado àqueles autodeclarados brancos.

Destaca-se ainda que para realização de uma interpretação concisa sobre essa relação observada, deve-se levar em consideração que os povos indígenas tendem a produzir seu próprio alimento, além de viverem, em grande parte, com recursos disponíveis, muitas vezes comercializados quando excedentes, o que pode gerar segurança no que diz respeito à obtenção de alimentos e recursos.

Além desta afirmativa, Silva (2013) infere que os povos indígenas, como os da região do Alto Rio Negro, por exemplo, possuem rico conhecimento e técnicas de produção alimentar, com alto capital culinário, atividades designadas geralmente pelos mais velhos, os quais exercem o manejo agrícola de produção de alimentos e das demais práticas a fim de garantir os próprios recursos.

Sobre as regiões do país, observa-se que somente as regiões Norte, Nordeste e Sul, foram estatisticamente significativas para a realização de importantes conclusões, uma vez que seus respectivos p-valores apresentaram resultados abaixo de 0,05%. Nota-se que as regiões Norte e Sul apresentaram comportamento semelhante, no que tange os valores de seus respectivos coeficientes; em outras palavras, na primeira (região Norte) observa-se pouca alteração de seus coeficientes, oscilando entre 0,1243% e 0,1660%, mantendo seu p-valor inalterado na faixa dos 0,00%, ou seja, sendo extremamente significativo. Logo, é possível inferir que o fato de estar na região Norte tende a aumentar em 0,1243% o nível de gastos com consumo alimentar em comparação à região Sudeste.

Na região Sul, observa-se que o valor dos coeficientes também sofreu pouca alteração, oscilando entre 0,1539% e 0,1374%, mantendo seu p-valor inalterado na faixa dos 0,00%, ou seja, extremamente significativo. Assim sendo, é possível afirmar com base no modelo 7 que o fato de estar na região Sul tende a aumentar em 0,1539% o nível de gastos com o consumo alimentar. Já, sobre a região Nordeste, observa-se outro comportamento, no que tange o valor dos respectivos coeficientes, uma vez que o mesmo assume valores com sinal negativo, entre -0,0673 e -0,6930. No que diz respeito ao grau de significância, observa-se que os valores também sofreram poucas alterações, estando na faixa entre 0,008% e 0,0013%, sendo estatisticamente significativo.

Deste modo, sobre a região Nordeste, pode-se afirmar com base no modelo 7, que o fato de estar situado nesta região tende a diminuir em -0,0673% o nível de gastos com o consumo alimentar; ou seja, tratando-se deste local específico, este resultado tende a acompanhar os indicadores regionais de renda, uma vez que a região Nordeste apresenta as menores faixas de renda média do Brasil. Portanto, pode-se inferir que diante da menor faixa de renda disponível, de fato, existe maior possibilidade de que a região se encontrar, conseqüentemente, com os menores níveis de gastos relativos ao consumo alimentar.

Segundo Canoso (2021), a população da região Nordeste tende a sofrer com a precariedade, relativa à disponibilidade de recursos e obtenção de alimentos, destacando-se como a região que possui maior prevalência da fome e ingestão de alimentos insuficientes. Para o autor, esta situação é decorrente de inúmeros fatores, dentre eles o próprio processo histórico de desenvolvimento socioeconômico da região, além dos traços de desigualdade social e regional, também marcantes na região Nordeste.

Além das variáveis já apresentadas e analisadas, observa-se que as variáveis referentes a taxa de alfabetização, total de filhos e de planos de saúde foram, significativamente, analisadas a partir da estatística. Sobre a taxa de alfabetização, sobre tudo, observa-se que essa variável foi implementada a partir do modelo 6, tendo seu coeficiente oscilado minimamente entre 0,0680% e 0,0698%, mantendo seu grau de significância inalterado no valor de 0,021%, isto é, estatisticamente significativo. Dessa forma, a partir do modelo 7 pode-se inferir que o fato de saber ler e escrever, ou seja, de ser alfabetizado, tende a gerar um aumento de 0,0698% no nível de gastos com o consumo alimentar, em comparação àqueles que não sabem ler nem escrever. Assim, pode-se interpretar que esse resultado está de acordo com a ideia apontada pela própria literatura, no sentido de que o nível de escolaridade, assim como a capacitação,

tende a aumentar o nível de renda e, conseqüentemente, a disponibilidade de recursos para o consumo, dentre eles o consumo alimentar.

Ressalta-se que uma vez que indivíduo possui a uma formação básica, sendo alfabetizado, o mesmo tende a possuir maiores oportunidades na obtenção de empregos melhor remunerados, aumentando o seu nível de renda, que por sua vez impacta diretamente no nível de gastos. Dessa forma, entende-se que saber ler e escrever, está diretamente associado à possibilidade de aumento no nível de gastos com o consumo alimentar.

Canuto (2019), em seus estudos a respeito das iniquidades sociais do consumo alimentar no Brasil, destaca que diante de um determinado conjunto de variáveis socioeconômicas, o nível de escolaridade e renda tende a ser um dos principais fatores que alteram a dinâmica do consumo de alimentos no Brasil, de modo que a medida que esses índices variam, observa-se maior ou menor tendência na quantidade de alimentos disponíveis. Isso quer dizer que, aqueles que possuem menores níveis de escolaridade e renda estão mais propensos a situações de precariedade.

Sobre a variável total de filhos, observa-se que a mesma foi inserida no último modelo, atingindo o coeficiente de 0,0840% e o grau de significância de 0,017%, sendo estatisticamente significativo. Dessa modo, pode-se concluir que o aumento na quantidade de 1 filho tende a aumentar em 0,0840% o nível de gastos com o consumo alimentar. Esse resultado corrobora com o que a própria literatura aponta, paralelo à ideia de que o aumento do número de filhos tende a impactar a necessidade de maior quantidade de alimentos disponíveis para consumo, elevando, conseqüentemente, o nível de gastos com o consumo alimentar.

Além dessa relação, salienta-se que domicílios amparados por programas de transferência de renda condicionada ao acesso à educação dos filhos (estar matriculado e frequentar a escola), garantem o acesso a auxílios financeiros referentes à alimentação dos mesmos (programas como vale leite, bolsa escola, acesso a cesta básica, bolsa família), fator que tende a aumentar a disponibilidade de alimentos para consumo. Em síntese, nota-se que determinadas políticas públicas são relevantes e necessárias tanto para manutenção como para a garantia da sobrevivência das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Tratando-se da variável planos de Saúde, presente no modelo 7, observa-se que esta atingiu o coeficiente de -0,1094% e p-valor de 0,00%, sendo estatisticamente significativa. Salienta-se que nesse resultado o que chama atenção é o sinal negativo do coeficiente, que por sua vez possibilita inferir que o fato de possuir plano de saúde tende a diminuir em 0,1094% o nível de gastos com o consumo alimentar. Nesse caso, faz-se necessário observar que a pequena

parcela da população (referente aos domicílios monoparentais femininos), que possui planos de saúde, tende a compor o restrita população que possui rendimentos acima de R\$5000,00 reais.

Salienta-se ainda que esse grupo já possui rendimentos elevados, portanto, a partir de pressupostos já apresentados, entende-se que depois de um certo nível socioeconômico as pessoas não aumentam mais a quantidade de alimentos para consumo, optando por adquirir outros itens, relacionados à educação, lazer, saúde, dentre outros segmentos de consumo, diante de possíveis acréscimos na renda. Por isso, é compreensível que a variável plano de saúde seja representada com um sinal negativo, uma vez que essas pessoas, as que possuem plano de saúde, não tendem a expandir a curva de consumo alimentar, e sim a de outros produtos e bens.

De acordo com Malta (2017), observa-se a prevalência de indivíduos com planos de saúde privado em grupos com índices elevados de escolaridade e renda, em áreas majoritariamente urbanas e empregos fixos. Por fim, a partir dessa afirmativa, entende-se que, no caso da monoparentalidade feminina, esse grupo tende a ser o menos expressivo e com outros níveis de consumo, o que interfere no comportamento da variável plano de saúde, quando observados aqueles que possuem plano de saúde em comparação aos que não possuem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de caracterizar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais femininos – como um dos objetivos específico desse estudo -, e trazer relevantes contribuições científicas sobre o assunto, algumas conclusões podem ser destacadas, a partir dos resultados anteriormente apresentados.

Assim, conclui-se que o perfil socioeconômico dos domicílios monoparentais femininos tem como características mais expressivas, serem famílias pequenas compostas por mãe e somente 1 ou 2 filhos, em domicílios situados em áreas majoritariamente urbanas, com uma considerável parcela da população recebendo rendimentos abaixo de R\$1000,00, e baixos níveis educacionais e de capacitação, observada a média de anos e estudo, assim como o percentual de mães e filhos graduados ou com graduação em andamento. Além disso, os domicílios monoparentais femininos possuem uma quantidade de filhos com idade abaixo de 14 anos, o que implica maior responsabilidade associada ao apoio e cuidado com os filhos.

A raça/cor que mais prevalece no contexto da monoparentalidade feminina são a de pretos e pardos, e sobre os aspectos de saúde, a maioria das mães e filhos de domicílios monoparentais femininos se caracterizam por não possuírem nenhum plano de saúde, dependendo exclusivamente do Sistema Único de Saúde. Dessa modo, pode-se afirmar que esse

é o quadro social mais recorrente ao analisar os domicílios monoparentais referenciados por mulheres no Brasil.

Ainda que essas informações sejam as mais expressivas e notáveis em termos percentuais, quando analisados os domicílios monoparentais femininos, salienta-se que existe uma pequena parcela de domicílios que se encontram com indicadores socioeconômicos satisfatórios, uma vez que a 14,74% das mães em domicílios monoparentais femininos possuem algum tipo de graduação concluída ou em andamento, 17% possuem rendimentos acima de R\$5000,00 e 19,44% das mães possuem planos de saúde.

Sobre essas informações, é possível inferir que o número restrito de mães graduadas tende a compor o também restrito número de mães que recebem essa faixa de rendimento, citada no parágrafo anterior. Este fato corrobora com a ideia de que o nível de renda tende a estar associado a outros fatores socioeconômicos, dentre eles o nível de escolaridade, pois, a medida em que o indivíduo tem a chance de se capacitar, ocorre maior possibilidade de obtenção de empregos melhor remunerados, o que irá proporcionar uma elevação da renda, aumento na qualidade de vida e melhoria de outros indicadores como a saúde, por exemplo, dada a maior disponibilidade de recursos.

Em suma, esse trabalho reforça os fatos apontados pela própria literatura sobre a predominância de domicílios monoparentais femininos em maior condição de vulnerabilidade social, mas, ainda assim, traz novos apontamentos sobre uma pequena parcela de domicílios que estão em maior nível de desenvolvimento socioeconômico, em razão dos índices evidenciados, principalmente pelas variáveis renda e escolaridade.

A existência desses dois contextos sociais distintos, ainda que se tratando de uma mesma tipologia domiciliar - no caso, os domicílios monoparentais femininos -, reforça a ideia da pluralidade desses arranjos em diferentes camadas sociais. A partir dessa constatação, é possível afirmar que os domicílios monoparentais femininos não devem ser considerados homogêneos entre si, em se tratando da caracterização. Ainda que sejam mais expressivos em indicadores socioeconômicos fragilizados, também estão presentes em níveis socioeconômicos elevados, mesmo que em menor proporção. Essa situação retrata a existência de antagonismos sociais, dentro de um mesmo arranjo domiciliar, uma vez que é notória a existência de dois extremos, quando observadas as diferentes variáveis socioeconômicas.

Portanto, este trabalho reforça a ideia de que a monoparentalidade feminina não deve ser associada a um único prisma ou fator, que seja apontado como a causa de suas fragilidades, mas sim, como um agrupamento domiciliar que envolve relações complexas, variados

contextos e diferentes capitais. A monoparentalidade feminina não deve ter estigmas, mas sim o entendimento de que aporta um contexto que independente de raça/cor, nível de renda ou escolaridade, tende a sofrer ou encarar maiores desafios na sociedade, partindo da própria desigualdade de gênero, onde os espaços ainda são segregados e limitantes para as mulheres.

Desse modo, entende-se que alguns contextos tendem a ser mais limitantes que outros, pois, a monoparentalidade feminina não engloba somente a disparidade de gênero, mas um somatório de desigualdades sociais, educacionais, raciais e econômicas, que tende a incidir na dinâmica do domicílio.

Ao analisar a configuração da monoparentalidade feminina, nas diferentes regiões do Brasil, nuances de desigualdades regionais puderam ser observadas quando considerados os indicadores de renda, escolaridade, quantidade de filhos dentre outros, fazendo com que as regiões Nordeste e Norte se destacassem como aquelas que possuem os menores níveis de renda e taxas de alfabetização.

Dessa forma, torna-se relevante a implementação de políticas públicas que tenham suas diretrizes voltadas para os indicadores regionais, que entendam as desigualdades regionais, de forma que considere determinado grupo focal conforme as necessidades de cada região, proporcionando o bem estar e a qualidade de vida da população, como um todo.

A partir dos resultados apresentados, mediante a realização de uma estatística inferencial, destacam-se algumas conclusões. Constatou-se o rigor dos modelos, a partir da construção e análise dos mesmos, diante da pouca variabilidade de coeficiente referentes às variáveis analisadas; além do R^2 *Squared* (coeficiente de determinação) que demonstra o quanto o modelo pode explicar aquilo que se pretende investigar, no caso, o nível de gastos com o consumo alimentar. Dessa forma, foi possível realizar uma análise concisas a respeito da relação entre as variáveis socioeconômicas e o nível de gasto com o consumo alimentar dos arranjos domiciliares monoparentais referenciados por mulheres.

De modo específico, observando as variáveis analisadas, verificou-se que a renda se mostrou como uma importante variável na construção dos modelos, não sendo sobreposta por nenhuma outra variável, sempre apresentando alto grau de significância quando observado seu P-valor. Assim, afirma-se que a renda é uma das principais variáveis que tendem a impactar a dinâmica do nível de gastos com o consumo alimentar.

Sobre as demais variáveis, observa-se que aquelas estatisticamente significativas também demonstraram incidir sobre o nível de gastos com o consumo alimentar, o que significa que ao tratar desse assunto, considerando a monoparentalidade feminina, outras variáveis

devem ser levadas em consideração, como a escolaridade, raça/cor, região, total de filhos e saúde.

Além disso, é importante salientar que algumas variáveis tendem a diminuir o nível relativo a despesas com alimentos, quando ligadas ao contexto de vulnerabilidade social, destacando-se a raça/cor preta e parda, a região Nordeste, não saber ler e escrever, possuir maior quantidade de filhos (nesse caso quanto mais filhos maior a necessidade de recursos) e não possuir plano de saúde (uma vez que são aqueles que tendem a possuir menores rendimentos, conforme explicado anteriormente). Logo, os domicílios monoparentais femininos, onde os indivíduos se encontram nessa situação descrita acima, geralmente estão inseridos em situação de risco social; em síntese, através de uma análise descritiva, constatou-se que diante de determinadas situações socioeconômicas os arranjos monoparentais chefiados unicamente por mulheres tendem a estar associados à condição de precariedade, ainda mais quando observado o nível de gastos com o consumo alimentar.

Diante do atual cenário global de pandemia, em meio à crise sanitária, econômica, social e cultural, determinadas condições de vulnerabilidades tornaram-se ainda mais intensivas, ou seja, os domicílios monoparentais administrados por mulheres, em situação precária social e economicamente, têm vivido, de forma mais expressiva, a predisposição a um possível aumento de situações de risco como, por exemplo, o avanço extremo da falta de recursos, o que afeta a disponibilidade de bens necessários à sobrevivência dessas famílias.

Ao longo desse estudo, foi possível constatar que a monoparentalidade feminina é uma tipologia familiar e domiciliar, que possui marcas de disparidades que podem se tornar ainda mais complexas à medida que se agravam determinados contextos e situações, diante da desigualdade de gênero, social, racial e econômica, que direcionam essas famílias à vulnerabilidade social.

Por fim, é importante salientar que ainda que a pandemia tenha atingido, e ainda atinge, todos os indivíduos, os grupos mais fragilizados encontram-se ameaçados pela possível ampliação e agravamento das lacunas sociais, principalmente os arranjos domiciliares monoparentais em que a mulher é a única provedora e administradora do domicílio, e quem assume múltiplas responsabilidades e atribuições. Compreende-se que a pandemia, que vem causando significativo impacto na vida dessas famílias, traz para todos, inclusive para o meio científico, a necessidade de se desenvolver novas estratégias socioeconômicas e relativas às políticas públicas, objetivando, assim, a manutenção da qualidade de vida, de modo a garantir,

além de dignidade, o bem estar e o acesso aos recursos universais, que é de direito a todos e todas.

7. REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, L. C. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG. In: **Repositório Institucional UNESP** 2003. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98552>>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/19>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- Alves, J. E.; C., S. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: Campello T, Neri M, organizadores. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2013. p. 233-45.
- ALVES, T. F. **Padrão de demanda de alimentos em arranjos monoparentais femininos no Brasil**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27504/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- ARAÚJO, C. L. **Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais**. 2019. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18983>>. Acesso em 10 set. 2020.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAÚJO, V.; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 25, n. 63, pág. 159-182, setembro de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000300159&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2020
- BABIUK, G. A. Famílias Monoparentais Femininas, Políticas Públicas em Gênero e Raça e Serviço Social. In: **II Congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos**. II Congresso de direito à cidade e justiça ambiental eixo temático: gênero, sexualidade e etnia famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no distrito federal. Anais eletrônicos. Londrina.2017. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/1234516.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. **Igualdade de gênero e desenvolvimento**. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

- BARBOSA, A. C.; BRANDÃO, V. B. G.; AMADOR, L. R. S. Mulher, Mãe e Chefe de Família: Narrativa Acerca da Monoparentalidade feminina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. **Universidade Castelo B.**, Brasil, p.121, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/lgMPOIQ>> Acesso em: 28 out. 2020.
- BARRETO, D. J. BALANI C. L. BRAZ, P.S, PRINA, R. O. Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 295-309, 2016. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1771>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 20151. **Anpec Anais**.São Paulo. 2019. Disponível em:< encurtador.com.br/imsC1> Acesso em 30 set. 2020.
- BARRIOS, I.; MARECOS, C. Interpretación teórica del p valor: Theoretical interpretation of the p value. **Medicina Clínica y Social**, v. 2, n. 1, p. 48-49, 2018.
- BEHRING, L. S.; FONTES, M. B. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015. In: **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil.GT 5 — Família, Geração e Trabalho**. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/vgB4cCI>>. Acesso em: 25 out. 2020.
- BENNETT, P. D.; KASSARJIAN, H. O comportamento do consumidor. Trad. Vera Maria C. Nogueira e Danilo A. Nogueira. **Atlas**. São Paulo, 1975.
- BORGES, C. A. CLARO, M. R. MARTINS A. P. B. Quanto custa para as famílias de baixa renda obterem uma dieta saudável no Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 137-148, 2015.
- BOURDIEU. Questões de sociologia. **Marco Zero**. Rio de Janeiro, 1983.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estatística de gênero: Uma análise dos censos demográficos de 2010**. Brasília: IBGE, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE. **Sidra: Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3727>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Ipea na mídia: Estudo mostra desigualdade de gênero e raça nos últimos 20 anos**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça: Chefia de família**. Brasília: Ipea, 2016.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Textos para discussão: vulnerabilidade social no Brasil, conceito métodos e resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE. **Sidra: Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: < <https://cutt.ly/ngMAwAU>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CALLEGARO, C. A. A procura da generalização da'Lei de Engel'. **Revista de Administração**, v. 17, n. 1, p. 49-59, 1982.

CAMARGO, C. F.; CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MOSTAFA, J. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Governo Federal, 2013.

CANOSO, R. M. O Combate à fome e o desperdício de alimentos na região Nordeste. **Íandé: Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 88-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/262>

CANUTO, R.; FANTON, M.; LIRA, P. I. C. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3193-3212, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n9/3193-3212/pt/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n3/e00101417/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARVALHO, A.; ALVES, J. E. D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. **Anais Abep**, p. 1-23, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2389/2342>>. Acesso em 10 nov. 2020

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: **ENS-CPES**, v. 120, 2018. Disponível em: <https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1_2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020

COELHO, E. A. **Qualidade de vida no trabalho e seu reflexo na qualidade de vida pessoal: o caso do trabalho feminino no setor hoteleiro de Viçosa-MG**. 2015. Dissertação de mestrado, Universidade de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6898/5/texto%20completo.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2020.

COSTA, D. I. P. As Mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo–1829. **Anais Abep**, p. 1145-1179, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/882/848>>. Acesso em 17 nov. 2020.

COSTA, F. Á. O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013.

CUNHA, C. L. F. MOREIRA, J. P. L. OLIVEIRA, B. L. C. A. BAHIA, L. Planos privados de saúde e a saúde dos trabalhadores do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1959-1970, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n5/1959-1970/pt/>> Acesso em: 08 out. 2020.

DEERE, C.D.; LÉON, M. O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos, **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**, 2021. São Paulo. Disponível: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202102.html#>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DINIZ, C. S. G. BATISTA L.E.; KALCKMANN S.; SCHLITZ, A. O. C.; QUEIROZ, M. R.; CARVALHO, P. C. A. Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito nacional Nascer no Brasil (2011-2012). **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 561-572, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2016.v25n3/561-572/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5.

ENE-OBONG, H. N.; ONUOHA, N. O.; EME, P. E. Gender roles, family relationships, and household food and nutrition security in Ohafia matrilineal society in Nigeria. **Maternal & Child Nutrition**, v. 13, p.1-13, 18 jul. 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/mcn.12506>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FAVARO, C. S. Assumindo as responsabilidades: experiências e estratégias familiares de um grupo de mulheres chefes de domicílios monoparentais. **Anais Abep**, p. 1-19, 2016. Disponível em: <<https://abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2391/2343>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed., rev.- Curitiba-PR, 2012.

FONTES, M. B. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil: uma análise orçamentária**. Tese (Doutorado em Demografia) - UFMG, Belo Horizonte, p. 128, 2014. Disponível em: < <https://cutt.ly/OgMAidg> >. Acesso em: 18 out. 2020.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Editora 34, 2002.

FREGUGLIA, R. S.; PROCÓPIO, T. S. Efeitos da mudança de emprego e da migração interestadual sobre os salários no Brasil formal: evidências a partir de dados em painel. **IPEA** 2013. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4862>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FREITAS, I. A.; RODRIGUES, I. L. A.; SILVA I. F. S.; NOGUEIRA, L. M. V. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 2, p. 2187-200, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org/co/pdf/cuid/v9n2/2216-0973-cuid-9-2-2187.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

- FULGONI, V.; DREWNOWSKI, A. An Economic Gap Between the Recommended Healthy Food Patterns and Existing Diets of Minority Groups in the US National Health and Nutrition Examination Survey 2013–14. **Frontiers In Nutrition**, v. 6, p.112-134, 4 abr. 2019. Disponível em: <<https://europepmc.org/articles/pmc6458255>>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- GEBARA, T. A. A.; GOMES, L. Gênero, família e relações étnicorraciais: um estudo sobre as estratégias elaboradas por mulheres negras e brancas provedoras nas relações que estabelecem com a educação de seus filhos (as). **Revista Fórum Identidades**, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/pgNqlf5>>. Acesso em: 15 out. 2020.
- GIBIM, A. P. F. G.; FINCO, D. Relações de gênero e processos de despatriarcalização das famílias sob a ótica das crianças. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 2, n. 5, p. 115-131, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/49564>>. Acesso em: 10 out. 2020.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 9, 1991.
- GOLDENBERG, G. W.; RAMOS, C. Uma interlocução entre o direito e a psicanálise: famílias monoparentais podem propiciar uma convivência familiar e serem estruturantes para a formação do psiquismo de crianças e adolescentes?. **RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 35, p. 21-37, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/44011>>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- HODDINOTT, J.; HADDAD, L. Does female income share influence household expenditures? Evidence from Côte D’Ivoire. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 57, n. 1, 1995.
- HOFFMANN, R. Elasticidade-renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; MENEZES, T.; PIOLA, S. G. (Org.). Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: **Ipea**, 2007. v. 2, p. 463-483.
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.
- LAPPAN, S. N.; PARRA-CARDONA J. R.; CAROLAN; M.; WEATHERSPOON, L. Risk and Protective Factors Associated with Childhood Obesity in a Sample of Low-Income, Single Female, Parent/Guardian Households: Implications for Family Therapists. **Family Process**, p.87-112, 13 mar. 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/famp.12440>>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- LAVINAS, L; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. In: DADOS – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/218/21849104.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- LEITE, A. F. F. **Os Microdados da IES ao Nível do Estabelecimento: O Anexo R**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Porto, Portugal, p. 81, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123625/2/363907.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- LEONARDO, F. A. M.; DE MORAIS, A.G. L. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista Instituto de políticas públicas de Marília**, 2017. Disponível

em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7386>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LEONE, E.; MAIA, A.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, Apr. 2010, pp. 59-77.

MAIA, K.; DEVIDÉ JR. A.; SOUZA, S. C. I.; ARAÚJO, F. B. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. **Revista Econômica**, v. 17, n. 2, p.97-122, dez. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/ygMABnF>>. Acesso em: 14 out. 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 11-26, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2001.v5n8/11-26/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MALTA, D. C.; STOPA, S. R.; PEREIRA, C. A.; SZWARCOWALD, C. L.; OLIVEIRA, M.; REIS, A. C. Cobertura de planos de saúde na população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 179-190, 2017.

MARQUES, K. A.; MELO, A. F. Abordagens metodológicas no campo da pesquisa científica. **Blucher Education Proceedings**, v.2, n.1, p. 11-21; 2016. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2a38/56cbcd8fffa029574f78e9dec3ec351403b5.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2020.

MCGOLDRICK, M.; SHIBUSAWA, T. O ciclo vital familiar. **Processos normativos da família: Diversidade e complexidade**, 2016, p. 375-398.

MATOS, O. C. **Econometria básica**. 3ª ed. São Paulo, 2000.

MCKENZIE, H.; MCKAY, F. H. Thinking outside the box: Strategies used by low-income single mothers to make ends meet. **Australian Journal Of Social Issues**, v. 53, n. 3, p.304 - 319, 19 ago. 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ajs4.48>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R., Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** Texto para discussão n. 788, Brasília, abr. 2001

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998, Texto para Discussão nº 886, **IPEA**, Rio de Janeiro, 2002.

MENDES, M. A. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão. **Anais Abep**, p. 1-13, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1131/1094> >. Acesso em: 16 nov. 2020.

MELO, N. C. **Consumo dos arranjos domiciliares no Brasil: Uma análise comparativa entre o momento econômico de 2003 E 2009**. 2019 Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

MENEZES, T.; SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Demografia, ciclo de vida e dinâmica da desigualdade regional de renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34. 2006, **Anpec**, Salvador: 2006.

MINAMIGUCHI, M. M. **Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares.** Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 152, 2017 Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AWMPLZ>>. Acesso em: 30 mar. 2020

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A.; FARIA, T. C. A. B. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019.

MOILANEN, S.; AUNOLA, K.; MAY, V.; SEVÓN, E.; LAAKSO, M. L. Nonstandard Work Hours and Single Versus Coupled Mothers' Work-to-Family Conflict. **Family Relations**, Saint Paul Mn, p. 213 - 231, 06 mar. 2019. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fare.12353>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MOREIRA, J. N. **O impacto da bolsa de Chicago e do câmbio na formação do preço médio da soja no Rio Grande do Sul:** Uma Análise através do modelo de regressão linear múltipla. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Injuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

MUDULI, A.; PANDYA, G. Psychological Empowerment and Workforce Agility.

Psychological Studies, v. 63, n. 3, p. 276 - 285, 16 jul. 2018. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007/s12646-018-0456-8#citeas>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

OLIVEIRA, E. S.; VIANA, V. V. P.; ARAÚJO, T. S.; MARTINS, M. C.; CARDOSO, M. V. L. M. L.; PINTO, L. M. O. Alimentação complementar de lactentes atendidos em uma unidade básica de saúde da família no nordeste brasileiro. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/51220/pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

OLIVEIRA, J. A. N.; ARAÚJO, A. M. M.; SOARES, C. S.; COIMBRA, J. R. A influência da família na alimentação complementar: relato de experiências. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 1, p. 67 - 93, 7 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uee/view/16053>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, T. L. P.; LEITE, S. C.F. Gênero e Empreendedorismo: Mulheres Chefes de Família Empreendedoras Informais no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2017. Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500257957_ARQUIVO_Texto Completo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

ONCINI, F.; GUETTO, R. Determinants of dietary compliance among Italian children: disentangling the effect of social origins using Bourdieu's cultural capital theory. **Sociology Of Health & Illness**, v. 39, n. 1, p. 47 - 62, 30 ago. 2016. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9566.12482>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ONU. Organização das nações Unidas Mulheres Brasil. **Princípios de empoderamento das mulheres.** 2016. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_> Acesso em: 20 mar. 2020.

PAIVA, A. M. et al. Fatores que propiciam a gravidez na adolescência em uma unidade de referência especializada materno infantil na região Norte do Brasil: um estudo piloto. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. e3342-e3342, 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/CgMSrxN>>. Acesso em: 16 out. 2020.

PANDEY, R.; BARDSLEY, D. K.. An application of the Household Food Insecurity Access Scale to assess food security in rural communities of Nepal. **Asia & The Pacific Policy Studies**, p. 123 - 149, 12 fev. 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/app5.270>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PEREIRA, C. R. R.; ARPINI, D. M. Os irmãos nas novas configurações familiares. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 69, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23283/22356>>. Acesso em: 14 out. 2020

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REZENDE, C. B.. Famílias Contemporâneas: reflexões sobre estratégias de sobrevivência. **Serviço Social & Realidade**, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2444>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RIBEIRO, J. F.; LIRA, J. A. C.; FONTINELE, A. V. C.; SANTOS, P. O.; LIMA F. F.; GALVÃO, T. C. C. P. Epidemiologia de Nascidos Vivos de Mães residentes em uma capital do nordeste. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, v. 4, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/GgMSspd>>. Acesso em: 04 out. 2020

SALCI M. A, Maceno P, Rozza SG, Silva DMGV, Boehs AE, Heidemann ITSB. Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. **Texto Contexto Enferm** 2013; 22(1): 224-230.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, M. T. L.; VEIGA, G. V.; MARINS, V. M. R.; JARDIM, B. C. GOMES, F. S.; SICHIERI, R. Jardim BC et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Nutrição**. Brasil. 2008; 21, 99s-109s.

SALLES, Paulete Zilli Silveira; DA SILVA LEITE, Claudineia Martins; COSTA, Dayane Prado Paschoal. Expectativas dos pais em relação ao ensino fundamental de nove anos. **Ensaios Pedagógicos**, v. 1, n. 2, p. 25-33, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/jgMSkHr>> Acesso em: 10 out. de 2020.

RODRIGUES, C. T. **Mudanças no perfil de pobreza no Brasil: uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009**. 234f. 2014. Tese (Doutorado), Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2014.

SANTOS, J. Glória; MEDEIROS, A. M.; FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: A monoparentalidade feminina em contextos estigmatizantes. **Semantic Scholar**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/UgMSvbH>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

- SANTOS, T. G.; SILVEIRA, J. A. C.; LONGO-SILVA, G.; RAMIRES, E. K. N. M.; MENEZES, R. C. E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00066917, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n4/e00066917/>>
- SASSI, C. P.; PEREZ, F. G.; MIYAZATO, L.; XIAO, Y. SILVA, P. H. F.; LOUZADA, F. **Modelos de regressão linear múltipla utilizando os softwares R Estatística: uma aplicação a dados de conservação de frutas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- SATO, P. M.; ULIAN, M. D.; UNSAIN, R. F.; SCAGLIUSI, F. B. Eating practices among low-income overweight/obese Brazilian mothers: a Bourdieusian approach. **Sociology Of Health & Illness**, v. 40, n. 7, p. 1172 - 1185, 16 mai. 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-9566.12748>>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- SETTE, A. B. P. **Dois ensaios sobre consumo e arranjos familiares brasileiros**. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/19835>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SCOTT, R. P. Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Revista ABEP** p. 1-21, 2004. Disponível em: <<https://cutt.ly/hgMSLcY>> Acesso em: 09 out. 2020.
- S. C. A. Rodrigues, **Modelo de regressão linear e suas aplicações**. Universidade da Beira Interior, 2012.
- SHARAUNGA, S.; MUDHARA M.; BOGALE, A. Effects of women's empowerment on household food security in rural KwaZulu-Natal province. **Development Policy Review**, Washington, v. 20, n. 4, p. 34 - 74, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dpr.12151>>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- SILVA, C. G. **Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de etnografia e mineração de dados no Instagram**. 2021. 65 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – GO.
- SILVA, F. P. E. **Plantas Alimentares Cultivadas nas roças Baniwa: mudanças e participação dos jovens**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013.
- SIRISAI, S.; Chotiboriboon, S.; Sapsuwan, C.; Tantivatanasathien, P.; Setapun, N.; Duangnosan, P.; Thongkam, N.; Chuangyanyong, S. Matriarchy, Buddhism, and food security in Sanephong, Thailand. **Maternal & Child Nutrition**, v. 13, p. 327 - 398, dez. 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mcn.12554>>. Acesso em: 06 mai. 2019.
- SOUZA, G. N. Análise do sistema de classificação por cor/raça no Brasil. **RELA Cult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/4gMS3Wi>> Acesso em: 09 out. 2020.
- SOUZA, V.; PENTEADO, C. NASCIMENTO, R. RAIHER, A. P. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES. **Informe Gepec**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020. Disponível em : <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710>>. Acesso em 16 nov. 2020.

SZAJNBOK, L. M. T. C. Desenvolvimento e redução das desigualdades regionais. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 141, p. 151-170, 2019. Disponível em: <<http://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/160>>. Acesso em 20 out 2020

TEIXEIRA, C. S. R. Gestão de conflitos e empreendedorismo social: intervenção com famílias monoparentais de uma habitação social municipal. 2013. **Repositório aberto USP** Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69120/2/30337.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2020.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade: Família**, São Paulo, Cortez, Ano XXIII, n. 71. 2002.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família. In: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: Tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 23-38.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. **Série Antropologia**. Brasília. 2004.

YAMAMOTO, J. K.; LANDIM, P. M. B. Geoestatística: conceitos e aplicações. **Oficina de textos**. 2015.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em família de baixa renda**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.